

“Criar coisas novas e diversificar”

Lula anuncia 30 bilhões para proteger Brasil do tarifação de Trump

Ricardo Stuckert - PR



Lula e Xi falam por telefone em fortalecer BRICS

O presidente Lula telefonou na noite da segunda-feira (11) para o presidente da República Popular da China, Xi Jinping. Os dois chefes de Estado conversaram sobre a atual conjuntura internacional e os recentes esforços pela paz entre Rússia e Ucrânia. A ligação durou cerca de uma hora e tratou também sobre o papel do G20 e da defesa do multilateralismo. Segundo o comunicado brasileiro, os dois presidentes falaram sobre BRICS, oportunidades de negócios e sobre a recente situação das relações do Brasil com os EUA. **Pág. 3**

HORA DO POVO
ANO XXXV - Nº 4.013 13 a 19 de Agosto de 2025



1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“O mundo está ávido para negociar conosco”, disse, ao lançar o plano

O presidente Lula anunciou na quarta-feira a Medida Provisória “Brasil Soberano”, que cria crédito de R\$ 30 bilhões, flexibiliza tributos e autoriza compras governamentais, para enfrentar as sanções impostas pelos Estados Unidos ao Brasil, criando alternativas para as empresas e setores atingidos. Lula ressaltou na véspera que “R\$ 30 bilhões é o começo”. Ele disse que o país está firme e sereno e que “a crise existe para que possamos criar novas coisas”. “A humanidade criou grandes coisas em tempos de crise”, lembrou. **Página 3**

Petrobrás decide retornar à distribuição de gás de cozinha

Bashar Taleb - AFP



Diversos bombardeios e ataques a tiros e drones atingiram mais de 400 palestinos no domingo, em Gaza

O Conselho de Administração da Petrobrás aprovou o retorno da estatal ao setor de distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) – popularmente conhecido como gás de cozinha-, em reunião realizada na quinta-feira (7). “O botijão de gás é vendido pela Petrobrás às empresas por R\$ 37. Não tem explicação ele chegar a R\$ 120 reais. Alguém está ganhando muito dinheiro com isso”, afirmou o presidente Lula. Hoje, o preço médio do botijão de GLP de 13 kg para os consumidores figura em R\$ 108,31, de acordo com o site da Petrobrás. **Página 2**

Ditadura Trump é quem afronta os direitos humanos

“Relatório” contra o Brasil é pura provocação. Árbitro está comendo solto nos EUA. Caçada a imigrantes, chantagens a universidades, demissão de juizes e promotores, prisão de estudantes e até sumiço, à la Hitler, de moradores de rua estão ocorrendo. Sem falar do apoio aos crimes hediondos em Gaza. **Pág. 3**

Tebet considera o sequestro de Senado e Câmara tentativa de golpe

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, criticou na terça-feira (12), a ocupação dos plenários da Câmara e do Senado por parlamentares da oposição bolsonarista, o que ela chamou de “tentativa de golpe de dentro para fora”. Ela afirmou ainda que o episódio enfraquece as instituições. A ação fascista foi para emperrar o Congresso e deixar impunes Bolsonaro e os criminosos golpistas de 8 de janeiro de 2023. **Página 3**

“Pelé palestino” é assassinado por exército de Israel na fila por comida

O ex-atacante da Seleção Palestina de futebol, Suleiman Al-Obeid, de 41 anos, apelidado de “Pelé Palestino”, foi assassinado pelas forças israelenses ao procurar comida para sua família, na quarta-feira, 6. **Pág. 6**

Trump vai usar Guarda Nacional para expulsar os pobres sem-teto

Contra a justificativa de Trump, de combate ao crime, de acordo com os próprios números do FBI, os crimes violentos na capital dos EUA caíram para o menor nível em 30 anos. **Página 7**

CTB reelege Adilson Araújo para presidente

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) concluiu o seu 6º Congresso no sábado (9), reconduzindo Adilson Araújo à presidência da entidade. “A nossa chapa unitária é a síntese de um esforço coletivo, fruto do caráter democrático e plural da nossa Central”, afirmou. **Página 5**

Tropas de Netanyahu matam 61 palestinos e ferem 363 em Gaza

Os ataques do exército de Israel à Faixa de Gaza no domingo (10) deixaram 61 mortos, segundo informou o Ministério da Saúde palestino. “Sessenta e um corpos, incluindo aqueles recuperados sob os escombros, foram levados para necrotérios, e 363 pessoas foram encaminhadas para hospitais”, afirmou o comunicado, acrescentando que cinco pessoas, incluindo duas crianças, que morreram de fome no sábado (9), elevando o número total de vítimas de desnutrição para 217, incluindo 100 menores. A crise humanitária continua a se agravar devido ao cerco e à escassez de alimentos e suprimentos médicos que a ação criminosa do governo israelense está provocando, alertou a agência oficial de notícias palestina Wafa. **Página 6**

“Os riscos da reforma administrativa”, por Paulo Kliass

Os riscos da reforma administrativa

“A exemplo do que ocorre com a Reforma da Previdência, a discussão sobre alterações na ordem institucional da Administração Pública vem quase sempre com uma abordagem conservadora e neoliberal da questão”

PAULO KLIASS*

O tema da Reforma Administrativa é bastante recorrente no debate nacional a respeito da definição de rumos estratégicos para nosso País. No entanto, a exemplo do que ocorre com a Reforma da Previdência, a discussão sobre alterações na ordem institucional da Administração Pública vem quase sempre camuflada de orientações que buscam estabelecer os rumos das mudanças a partir de uma abordagem conservadora e neoliberal da questão.

O debate previdenciário já recebeu algumas alterações substantivas no ordenamento ao longo das últimas três décadas. No entanto, em todos os processos que envolveram emendas constitucionais a lógica sempre foi a redução de direitos e a diminuição de despesas. Assim foi com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 20/1998 de Fernando Henrique Cardoso (FHC), da EC nº 41/2003 de Lula e da EC nº 103/2019 de Bolsonaro.

No caso da Reforma Administrativa, o exemplo mais recente foi o debate em trono da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 32/2020. A proposta foi encaminhada ao Congresso Nacional durante a gestão de Jair Bolsonaro, a partir de um material preparado pelo super Ministro da Economia à época, Paulo Guedes. O banqueiro tinha um diagnóstico absolutamente ortodoxo e liberaloide da questão do estado. Assim sua intenção era, por exemplo, privatizar 100% das empresas estatais federais e levar a ferro e fogo as regras fiscais draconianas previstas nos dispositivos do Teto de Gastos, promulgado na gestão de Michel Temer em 2016.

REFORMA ADMINISTRATIVA: NÃO AO ESTADO MÍNIMO E À DEMISSÃO DE SERVIDORES

A PEC de Bolsonaro ficou quase um ano tramitando no interior da Câmara dos Deputados, mas enfrentou muitas resistências da parte das entidades representativas dos servidores públicos, de especialistas na questão da organização estatal e dos políticos que não concordavam com a destruição do Estado brasileiro implícita no texto. A partir de movimentos amplos em defesa da importância de políticas públicas, como o “Que Estado queremos?”, entidades como a ANESP (associação de minha carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental) e outras conseguimos mobilizar um amplo arco de alianças contra a proposta bolsonarista. A rejeição foi de tal ordem que a proposta nem chegou a ser submetida a votação no plenário da Câmara dos Deputados, casa em que a tramitação teve início. Apenas a Comissão Especial especialmente constituída aprovou um relatório, o material foi publicado em 23 de setembro de 2021 e está engavetado desde então.

A retórica encampada pela maior parte de nossas elites a respeito do Estado insiste na denúncia de um suposto gigantismo da estrutura estatal e também de um suposto gasto excessivo com pessoal. Desta forma, o foco dos sucessivos projetos a respeito da Reforma Administrativa concentra-se na necessidade de demissão de servidores públicos, por meio do fim da estabilidade a eles assegurada pela Constituição Federal. Além disso, a abordagem conservadora mira naquilo que considera equivocadamente como “excesso de funcionários” e nos ganhos supostamente elevados dos mesmos. Como consequência, as propostas geralmente transitam por essa trilha de menos Estado, menos servidores e menores salários.

Passados 4 anos desde a paralisação da votação da PEC 32, o atual Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (REP/PB), anunciou a criação de um Grupo de Trabalho (GT) especialmente constituído para tratar do tema.

Continua: <https://horadopovo.com.br/os-riscos-da-reforma-administrativa-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140

Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Petrobrás volta à distribuição de gás de cozinha ao consumidor



Liquigás, subsidiária da Petrobrás, foi privatizada por Bolsonaro em 2019



Na Índia, a Embraer já conta com cerca de 50 aeronaves e 11 modelos em operação da aviação comercial, defesa e executiva

Embraer amplia presença na Índia

“Nós vamos ter uma fábrica de aviões da Embraer na Índia fazendo aviões C-390 Millennium”, afirmou o vice-presidente da companhia, Márcio Monteiro

A Embraer emprega esforços para ampliar sua presença na Índia. A fabricante brasileira de aeronaves disputa um processo licitatório no país para a substituição da frota de aviões militares de transporte médio, que pode gerar um negócio de até 80 aviões, exigindo a produção local de aeronaves C-390 Millennium. Caso confirmada a vitória no certame, este seria não apenas um dos maiores negócios da história, mas também a porta de entrada definitiva para a empresa no mercado asiático, como destaca Márcio Monteiro, vice-presidente de marketing da unidade de defesa e segurança da Embraer.

“Nós vamos, basicamente, ter uma fábrica de aviões da Embraer na Índia fazendo aviões C-390 Millennium, que, na nossa opinião, oferece uma combinação imbatível entre produto e o que a gente vai transferir de tecnologia e fazer de conteúdo local na Índia. Nossa expectativa é que, tendo sucesso nessa empreitada, que a Índia seja um hub regional, ou seja, esses aviões vão atender não só o mercado da Índia como o da vizinhança na Ásia”, disse Monteiro, durante um evento com empresários indianos e brasileiros em Mumbai, capital financeira da Índia, na quinta-feira (7), conforme reportagem da

Folha de S.Paulo. Com mais de 55 anos, a Embraer é uma das líderes mundiais da indústria aeroespacial, com sede em São José dos Campos (SP). Na Índia, a Embraer conta com cerca de 50 aeronaves e 11 modelos diferentes em operação nos segmentos de aviação comercial, defesa e executiva.

Em maio deste ano, a Embraer inaugurou uma subsidiária em Nova Delhi, capital da Índia. O objetivo da empresa é buscar novos clientes interessados em comprar suas aeronaves e de receber novos fornecedores de peças.

O executivo afirma que ainda não há prazo para sair o resultado da licitação, o que pode levar alguns anos ainda. Mas se a Embraer ganhar, haverá a necessidade de a empresa abrir uma fábrica na Índia para montar os aviões e atender ao requisito de ter ao menos 50% de conteúdo local.

“Os processos, particularmente em defesa, levam um bom tempo. São compras governamentais, de valores elevados, de materiais estratégicos para a soberania nacional. Estamos nos adiantando e buscando construir essas relações de maneira que tudo esteja estabelecido no momento em que a gente conseguir vencer essa licitação. Assim esperamos e para isso temos que trabalhar.

De nossa parte, buscamos estar prontos, presentes, e responder rápido às questões que surgirem”, completa Monteiro.

O cargueiro militar tático KC-390 é um projeto desenvolvido pela Embraer em parceria com a Força Aérea Brasileira (FAB). No Brasil a aeronave é usada desde 2019, mesmo ano em que sua designação foi alterada para C-390 Millennium. O avião dispõe de equipamento de reabastecimento aéreo e opera em pistas temporárias ou não pavimentadas, como terra batida, solo e cascalho.

A aeronave também tem a capacidade de transportar mais carga útil (26 toneladas), voar mais rápido e por longas distâncias do que outras aeronaves de transporte militar de médio porte. Assim, o cargueiro é eficiente em missões como transporte e lançamento de carga e tropas, evacuação médica, busca e salvamento, combate a incêndios e missões humanitárias.

“A frota atual em operação demonstrou uma taxa de capacidade de missão de 93% e taxas de conclusão de missão acima de 99%, demonstrando produtividade excepcional na categoria”, ressalta a Embraer.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/embraer-amplia-presenca-na-india-fabricando-aviões-c-390/>

IPCA: desaceleração da inflação pressiona BC a cortar os juros

Com a inflação mais baixa, juros reais sobem. Sistema elétrico privatizado continua infernizando a vida dos brasileiros com as altas tarifas de energia

A inflação desacelerou no país, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta terça-feira (12). Nos últimos 12 meses até julho, o índice ficou em 5,23%, abaixo dos 5,35% dos 12 meses imediatamente anteriores. Em julho de 2024, a variação havia sido de 0,38%.

Em julho, a inflação do país foi de 0,26%, subindo 0,02 ponto percentual em relação a junho (0,24%), puxada pela energia elétrica residencial. O índice de difusão – o percentual de itens em alta no mês, ficou em 49,6%, resultado

abaixo dos 53,58% de junho, com destaque para os preços dos alimentos em queda. Já a conta de luz inferniza a vida do brasileiro, agravada pela bandeira tarifária vermelha.

“Sem a contribuição da energia elétrica, o resultado do IPCA de julho ficaria em 0,15%”, afirmou Fernando Gonçalves, gerente do IPCA. O IPCA ficou abaixo das expectativas do “mercado” e do Banco Central, que mesmo diante da desaceleração da inflação mantém a taxa de juros (Selic) em 15% e por um “longo período”, elevando o juro real (descontada a inflação) no país, o segundo maior do planeta.

LUZ CARA

Com Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) liberando novos aumentos nas tarifas às concessionárias e o acionamento das bandeiras tarifárias amarela e vermelha pela mesma, a energia elétrica residencial já acumula uma alta de 10,18%, entre janeiro a julho deste ano – sendo o principal impacto individual (0,39 p.p.) sobre o resultado do IPCA (3,26%) para o mesmo intervalo de tempo. “Esta variação (10,18%) é a maior para o período de janeiro a julho desde 2018 quando o acumulado foi de 13,78%”, destaca Gonçalves.

“O botijão de gás é vendido pela Petrobrás às empresas por R\$ 37. Não tem explicação ele chegar a R\$ 120 reais. Alguém está ganhando muito dinheiro com isso”, disse o presidente Lula

O Conselho de Administração da Petrobrás aprovou o retorno da estatal ao setor de distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) – popularmente conhecido como gás de cozinha –, em reunião realizada na quinta-feira (7).

Hoje, o preço médio do botijão de GLP de 13 kg para os consumidores figura em R\$ 108,31, de acordo com o site da Petrobrás, considerado pesado para o bolso dos consumidores.

Essa contrariedade foi exposta pelo presidente Lula, em maio deste ano, durante a inauguração de obra da transposição do Rio São Francisco, em Cachoeira dos Índios, na Paraíba.

“A Petrobrás manda o gás de cozinha a R\$ 37. Quando ele chega aqui? Cento e dez reais, R\$ 120, tem estado que é R\$ 140. E eu posso dizer para vocês que está errado. Vocês não podem pagar R\$ 140 por uma coisa que custa R\$ 37 da Petrobrás. Está certo que tem o custo do transporte, mas não precisa pagar tanto”, disse Lula. “Alguém está ganhando muito dinheiro com isso”

A Petrobrás atuou na distribuição de gás e combustíveis até 2021, quando Bolsonaro (2019-2022) resolveu vender as subsidiárias Liquigás, entregue ao consórcio Copagaz, Itaúsa e Nacional Gás, em 2020, e a BR Distribuidora, em 2019, hoje da Vibra Energia.

A Liquigás estava presente em todos os estados, tinha 23 centros de operação e uma rede de aproximadamente 4,8 mil revendedores autorizados. A subsidiária da Petrobrás detinha 21,4% de participação de mercado, ou seja, de cada cinco botijões vendidos, um era da Liquigás.

A BR era a maior distribuidora de combustíveis do País, com 30% do mercado de combustíveis e lubrificantes e uma rede de aproximadamente 4,8 mil revendedores autorizados. A subsidiária da Petrobrás detinha 21,4% de participação de mercado, ou seja, de cada cinco botijões vendidos, um era da Liquigás.

A BR era a maior distribuidora de combustíveis do País, com 30% do mercado de combustíveis e lubrificantes e uma rede de aproximadamente 4,8 mil revendedores autorizados. A subsidiária da Petrobrás detinha 21,4% de participação de mercado, ou seja, de cada cinco botijões vendidos, um era da Liquigás.

LUCRO

Na quinta-feira (7), a Petrobrás divulgou o balanço do segundo trimestre de 2025. A petroleira registrou lucro líquido de R\$ 26,7 bilhões, “com destaque para o aumento da produção de óleo que compensou os impactos da queda de 10% no preço do Brent no trimestre”.

Vendas do comércio caem em junho, terceira queda seguida

Comércio varejista caiu 0,1% no mês, aponta IBGE. Já no comércio ampliado – a queda foi de -2,5%

As vendas no comércio varejista no país caíram -0,1% na passagem de maio para junho. Foi o terceiro mês seguido de queda. Em maio, o comércio varejista recuou -0,4% e em abril -0,3%, acumulando nos três meses uma queda de -0,8%. Com isso, a média móvel foi de -0,3% no trimestre encerrado em junho.

No comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas caiu 2,5% em junho, segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada hoje (13) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Segundo Cristiano Santos,

Apesar deste bom desempenho, o resultado é 24,3% menor que o do primeiro trimestre (R\$ 35,2 bilhões) – um efeito da queda no preço internacional. No segundo trimestre de 2024, a empresa havia registrado um prejuízo de R\$ 2,6 bilhões.

Excluídos eventos atípicos, o lucro do segundo trimestre foi de R\$ 23,2 bilhões (US\$ 4,1 bilhões), alcançando um patamar similar ao do trimestre anterior.

No segundo trimestre deste ano, a produção média de petróleo da estatal alcançou 2,3 milhões de barris por dia, alta de 5% em relação ao primeiro trimestre e de 8% frente ao mesmo período de 2024. Esse desempenho se deve pelas novas plataformas, que entram em operação no período. Além do aumento da eficiência nos campos já existentes.

A presidente da Petrobrás, Magda Chambriard, destacou que a estatal está acelerando os investimentos em projetos de alta atratividade. “Nos primeiros seis meses do ano, investimos R\$ 48,8 bilhões, um crescimento de 49% em relação ao mesmo período do ano passado”, afirmou.

No segundo trimestre, a Petrobrás investiu R\$ 25,1 bilhões (US\$ 4,4 bilhões). O segmento de Exploração e Produção representa a maior parcela deste montante, com US\$ 3,7 bilhões

Já os investimentos no segmento de refino, transporte e comercialização, conforme informou a companhia, “foram direcionados para a reativação da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A., além da conclusão da obra de ampliação (REVAMP) do Trem 1 da RNEST no final de março e o início da operação da unidade de hidrotreatamento de diesel (HDT) da REPLAN, em maio”.

De acordo com a estatal, “o parque de Refino atingiu 91% de FUT (fator de utilização) com manutenção do rendimento de derivados de alto valor agregado, com 68% de diesel, gasolina e QAV no volume total de produção”.

DIVIDENDOS

O Conselho de Administração da Petrobrás aprovou a distribuição de R\$ 8,66 bilhões em dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para acionistas, como antecipação da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2025. Nos primeiros três meses deste ano, a estatal já havia distribuído R\$ 11,72 bilhões.

Em nota, a Petrobrás afirma que “o pagamento proposto está alinhado à Política de Remuneração aos Acionistas (Política) vigente, que prevê que, em caso de endividamento bruto igual ou inferior ao nível máximo de endividamento definido no Plano de Negócios em vigor (atualmente US\$ 75 bilhões), e observadas as demais condições da Política, a Petrobrás deverá distribuir aos seus acionistas 45% do fluxo de caixa livre. Esta distribuição não compromete a sustentabilidade financeira da companhia”.

Os dividendos serão pagos em duas parcelas nos meses de novembro e dezembro de 2025.

Vendas do comércio caem em junho, terceira queda seguida

Comércio varejista caiu 0,1% no mês, aponta IBGE. Já no comércio ampliado – a queda foi de -2,5%

As vendas no comércio varejista no país caíram -0,1% na passagem de maio para junho. Foi o terceiro mês seguido de queda. Em maio, o comércio varejista recuou -0,4% e em abril -0,3%, acumulando nos três meses uma queda de -0,8%. Com isso, a média móvel foi de -0,3% no trimestre encerrado em junho.

No comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas caiu 2,5% em junho, segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada hoje (13) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Segundo Cristiano Santos,



Agência Brasil

Presidente da China e Lula em encontro Lula e Xi conversam por telefone sobre o fortalecimento do BRICS

O presidente Lula telefonou na noite da segunda-feira (11) para o presidente da República Popular da China, Xi Jinping. Os dois chefes de Estado conversaram sobre a atual conjuntura internacional e os recentes esforços pela paz entre Rússia e Ucrânia. A ligação durou cerca de uma hora e tratou também sobre o papel do G20 e da defesa do multilateralismo. Segundo o comunicado brasileiro, os dois presidentes falaram sobre BRICS e oportunidades de negócios.

Lula “informou Xi Jinping sobre a recente situação das relações do Brasil com os EUA, bem como a posição firme e inabalável do Brasil em defender sua própria soberania”. “As relações entre a China e o Brasil estão em seu melhor momento na história, com a construção de uma comunidade sino-brasileira com um futuro compartilhado e o alinhamento das estratégias de desenvolvimento dos dois países começando bem e progredindo de forma fluida”, afirmou Xi, em referência à sinergia de projetos da Iniciativa Cinturão e Rota e do Novo PAC.

“O lado chinês está pronto para trabalhar com o Brasil para aproveitar oportunidades, fortalecer a coordenação e proporcionar mais resultados mutuamente benéficos de cooperação”, acrescentou. O presidente chinês descreveu o BRICS como “plataforma-chave para construir consenso no Sul Global” e convocou os países do grupo a “defender, juntos, as normas básicas que regem as relações internacionais e proteger os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento”.

O líder do país asiático falou ao presidente Lula que “a China está pronta para trabalhar com o Brasil para estabelecer um exemplo de unidade e autossuficiência entre os principais países do Sul Global”. Xi acrescentou que “a China apoia o povo brasileiro na defesa de sua soberania nacional e apoia o Brasil na salvaguarda de seus direitos e interesses legítimos, exortando todos os países a se unirem na luta decidida contra o unilateralismo e o protecionismo”.

Lula e Xi deram muita importância, durante a conversa, à parceria estratégica entre os dois países. Nesse contexto, saudaram os avanços já alcançados no âmbito das sinergias entre os programas nacionais de desenvolvimento dos dois países e comprometeram-se a ampliar o escopo da cooperação para setores como saúde, petróleo e gás, economia digital e satélites. Os presidentes também destacaram sua disposição em continuar identificando novas oportunidades de negócios entre as duas economias.

O presidente Lula reiterou a importância que a China terá para o sucesso da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 30) e no combate à mudança do clima. O presidente Xi Jinping indicou que a China estará representada na conferência em Belém por delegação de alto nível e que vai trabalhar com o Brasil para o êxito da conferência. Nos dias anteriores, o presidente Lula já havia ligado para o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, e recebeu telefonema de Vladimir Putin. Lula destacou que o BRICS poderiam ter uma posição conjunta sobre a crise tarifária.

“Mundo quer negociar com o Brasil”, diz Lula



Reprodução

Presidente faz anúncio do Plano Soberano para salvar o Brasil do tarifaço de Trump Quem afronta direitos humanos é a ditadura Trump

O governo dos Estados Unidos acaba de divulgar um relatório em que afirma que a situação dos direitos humanos no Brasil se deteriorou. O documento, elaborado pelo Departamento de Estado dos EUA, reclama do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ministro do STF, Alexandre de Moraes. O tom usado pelo bufão da Casa Branca é de quem acha que o Brasil é uma colônia dos Estados Unidos.

NAO SE DOBRAR

Ele se engana ao pensar assim. O Brasil não vai ceder. A irritação de Trump com Lula tem como base o fato de que o presidente brasileiro sustentou firmemente a soberania do país e não aceitou a intromissão descabida na Justiça brasileira e nem nos demais assuntos internos do Brasil. Já Moraes é caluniado pela Casa Branca por julgar os bandos de criminosos que tramaram um golpe de Estado no país e que são apaniguados de Trump.

A ironia do “relatório” do governo americano é que o mundo inteiro está vendo que é exatamente a atual administração da Casa Branca que está afrontando os direitos humanos, tanto de americanos, quanto dos imigrantes que vivem nos EUA. Estes últimos estão sendo caçados nas ruas do país como animais e enviados, sem nenhum direito nem defesa, para campos de concentração em Guantánamo e El Salvador.

É nos EUA também que juízes e promotores que discordam das arbitrariedades estão sendo perseguidos e demitidos, que universidades estão sendo chantageadas e estranguladas por defenderem sua autonomia de pensamento e que estudantes estão sendo presos por protestarem contra o genocídio da população palestina, levado a cabo com apoio e armas americanas. O dia a dia do governo Trump está

eivado de violência e repressão.

REPRESSÃO

É lá também que governos estaduais e administrações de cidades importantes estão sofrendo intervenções arbitrárias de forças federais sem nenhum respeito pelas autoridades locais, que órgãos de pesquisa estão sendo fechados por não se alinharem ao obscurantismo fascista do trumpismo. É lá também que moradores de rua estão sendo expulsos, à la Hitler, da capital do país. Para onde eles estão sendo levados não se sabe. Hitler matou centenas de milhares na Alemanha nazista.

Está ficando muito claro para o mundo inteiro que é exatamente os EUA que estão se transformando numa ditadura escancarada. Trump toma decisões unilaterais de agressão a outros países, como fez com o Panamá, o Canadá, o México e a Groenlândia, sem ouvir ninguém. Deflagra um bombardeio criminoso ao Irã em plena negociação entre os dois países. Apoiou o morticínio em Gaza e declara uma guerra tarifária ao mundo. Faz tudo isso sem respeitar a constituição do país que exige que decisões desse tipo têm que passar pelo parlamento.

É neste contexto de total arbítrio e de ditadura instalados na Casa Branca, que o governo Trump se acha no direito de alegar desrespeito aos direitos humanos no Brasil. Este tipo de relatório é de um cinismo sem tamanho.

DITADURA

O que ele quer com esse tipo de acusação e com as sanções que está impondo ao Brasil e suas autoridades é derrotar a democracia brasileira e fortalecer os criminosos da família Bolsonaro, que pretendiam dar um golpe de Estado no país e assassinar o presidente Lula, seu vice, Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal

Federal (STF).

Está claro que o governo Trump quer humilhar o Brasil e favorecer seus interesses e seus comparsas internos. Não há negociação possível. O Brasil já decidiu que não vai se dobrar a esse tipo de chantagem, mesmo que ele conte com o auxílio de traidores da pátria como Eduardo Bolsonaro e sua família. Os bolsonaristas estão colaborando com o agressor, mas estão recebendo o repúdio da população. Segundo as últimas pesquisas, a maioria dos brasileiros condena tanto a traição quanto os ataques de Trump à economia do Brasil.

PERSEGUIÇÃO

Além de dar guarida aos golpistas, Trump quer prejudicar também as empresas brasileiras. Este é o caso da implicância dele com o PIX. O PIX é um instrumento público de pagamentos que foi criado por técnicos do Banco Central do Brasil e é gratuito para a população. Trump está com raiva porque o PIX é um sucesso e reduziu os lucros bilionários dos cartões americanos, Visa e Mastercard. Os bolsonaristas agora estão apoiando a campanha sórdida de Trump contra o PIX.

O governo brasileiro está firme na defesa da economia nacional e já tomou providências para socorrer as empresas afetadas pelo tarifaço de Trump. As medidas serão anunciadas nos próximos dias, mas já se sabe que serão abertas linhas de financiamentos especiais e serão autorizadas compras governamentais dos diversos produtos que foram sobretaxados pelo governo americano. O Brasil também fortaleceu as articulações com o BRICS (grupo dos principais países do Sul Global) para diversificar ainda mais a pauta de exportações do país. Com isso, o Brasil vai depender cada vez menos dos EUA.

SÉRGIO CRUZ

Simone denuncia ‘tentativa de golpe’ bolsonarista

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, criticou nesta terça-feira (12), a ocupação dos plenários da Câmara e do Senado por parlamentares da oposição bolsonarista, o que ela chamou de “tentativa de golpe de dentro para fora”. Ela afirmou ainda que o episódio enfraquece as instituições.

Segundo Tebet, um golpe hoje não se faz com armas, mas fragilizando o funcionamento das instituições democráticas. A ação ocorreu após a prisão domiciliar do ex-

-presidente Jair Bolsonaro (PL), decretada pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes.

A oposição tenta pautar proposições como o fim do foro privilegiado e o impeachment de Moraes. A votação da PEC que extingue o foro deve ocorrer antes da análise da anistia aos condenados de 8 de janeiro, cuja pauta o bolsonarismo quer impor ao Congresso.

“O que eu vi na semana passada não é só lamentável. O Congresso Nacional se apequenou.

Eu nunca imaginei ver alguém querendo trancar as portas do Congresso Nacional”, disse a ministra, que é ex-senadora.

“Depois do episódio da semana passada, para mim, o 8 de janeiro não acabou”, disse Tebet. Muitos analistas e jornalistas têm dito que o 6 de agosto é ou foi a continuidade do 8 de janeiro de 2023.

Essa pauta, chamada de “Anti-STF”, em particular a que trata do impeachment de Moraes, não se viabiliza no Senado.

Presidente anuncia MP “Brasil Soberano” que cria crédito de R\$ 30 bi, flexibiliza tributos e autoriza compras governamentais

O presidente Lula afirmou que as sanções impostas pelos Estados Unidos ao Brasil têm “teor político e ideológico” e se inserem em uma ofensiva contra o multilateralismo. Ele destacou que o país deve responder de forma firme e serena. “É importante a gente dizer que a gente não deve ficar apavorado, nervoso e muito excitado quando vem uma crise. A crise existe para a gente criar novas coisas. A humanidade criou grandes coisas que salvaram a humanidade em tempos de crise”, apontou o líder brasileiro.

INADMISSÍVEIS

Lula reafirmou que não há motivo para a retaliação americana ao país. “Nesse caso o que é desagradável é que as razões justificadas para impor sanções ao Brasil não existem”, afirmou, lembrando o superávit dos EUA com o Brasil. “Na questão comercial, por exemplo, é inadmissível alguém dizer que tem déficit com o Brasil quando nos últimos 15 anos o superávit deles foi de US\$ 410 bilhões”, observou Lula.

“A segunda coisa”, prosseguiu o presidente, “é que aqui no Brasil temos um Judiciário autônomo, que está garantido na nossa Constituição de 1988 e que nem Executivo nem o Legislativo têm nenhuma incidência com relação a julgamento que está acontecendo na Suprema Corte”. Agora, disse Lula, “o time do governo está passando a bola para o time da Câmara e do Senado. A bola está com vocês”, afirmou o presidente, dirigindo-se aos presidentes da Câmara e Senado, presentes ao ato. “Quanto mais rápido a MP for votada menos os afetados vão sofrer”, destacou.

Lula elogiou o trabalho das equipes de Geraldo Alckmin e Fernando Haddad. Para o presidente, crises não devem paralisar o país: “A crise existe para a gente criar novas coisas”, afirmou. As declarações do presidente foram dadas no mesmo evento que marcou a assinatura da medida provisória “MP Brasil Soberano”, no qual Lula defendeu a busca por novos mercados e rechaçou acusações de violações de direitos humanos no país.

“Ninguém está desprezando as regras de direitos humanos como estão tentando apresentar ao mundo”, disse Lula. “Nossos amigos americanos, toda vez que resolvem brigar com alguém, tentam criar uma imagem de demônio contra as pessoas que eles querem brigar. É assim com a América Latina, com o mundo árabe, com os russos, com países asiáticos”, assinalou o chefe do Executivo.

DIREITOS HUMANOS

“O Brasil não tinha efetivamente nenhuma razão para ser taxado e tampouco aceitaremos qualquer pecha de que no Brasil não respeitamos os direitos humanos e que o julgamento [de Jair Bolsonaro] está sendo feito de forma arbitrária”, declarou. “Na verdade o que estamos fazendo é o que é feito apenas em países democráticos: julgando alguém com base em provas coletadas e testemunhas e com total direito de presunção de inocência. Isso é democracia elevada a sua quinta potência. Coisa que eu não tive quando fui julgado. E eu não reclamei”, acrescentou o presidente.

Ao rebater as críticas de Trump, Lula citou o processo brasileiro e o comparou aos episódios de 2022 e citou conversa com o presidente dos Estados Unidos. “Eu disse ao presidente Trump: o que tivesse acontecido no Brasil o que aconteceu no Capitólio ele estaria sendo julgado aqui também”, afirmou. “Aqui, depois da Constituição de 1988, a gente pode encontrar algum defeito, mas a verdade é que a justiça nesse país tem que ser para todos, para brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, para empresas brasileiras e empresas estrangeiras radicadas no Brasil”, apontou Lula.

O presidente cobrou reação com foco em diversificação comercial. “Não vamos chorar perdidas. Vamos ter que procurar outros parceiros”, disse, ao relatar contatos recentes: “Liguei para o Xi Jinping essa semana e

uma das coisas que eu falei foi dos pés de galinha. Nós vamos continuar vendendo... Se os Estados Unidos não querem comprar, vamos procurar outro país. Em vez de ficar chorando aquilo que nós perdemos, vamos ficar procurando ganhar em outro lugar. O mundo é grande, está ávido para fazer negociação com o Brasil”, argumentou.

MULTILATERALISMO

Para Lula, a motivação das sanções extrapola o campo econômico. “Acho que existe por trás uma necessidade muito grande de destruir uma coisa chamada ‘multilateralismo’, que é o que permitiu que o mundo tivesse um comércio mais equilibrado, uma coisa mais harmônica, feita através da OMC”, afirmou. “Estamos num debate que não é econômico. É um debate político com teor ideológico. A razão pela qual o presidente norte-americano anuncia punir o Brasil por causa do ex-presidente, se ele conhecesse a verdadeira história, ele daria parabéns à Suprema Corte brasileira por estar julgando alguém que tratou de bagunçar a democracia brasileira”, destacou.

Lula disse que o governo não aceitará interferências. “Quero dizer para empresários e trabalhadores: a gente vai tentar fazer o que estiver ao nosso alcance para minimizar o problema que foi causado conosco”, afirmou. “A única coisa que precisamos exigir é que a nossa soberania é intocável. Ninguém dê palpite nas coisas que temos que fazer. Falar de direitos humanos no Brasil já foi importante em outras épocas. Mas agora para falar em direitos humanos no Brasil tem que olhar para o país que está acusando o Brasil”, defendeu.

O presidente criticou o comportamento de Trump e lembrou que ele está alterando uma relação bilateral que tem mais de dois séculos. “O que está sendo jogado fora é uma relação de 201 anos de história. Nós relevamos até o golpe de 1964”, disse. “Nem lembramos o que foi o papel da embaixada americana aqui no Brasil, o que foi o papel de navio de guerra dos EUA no nosso mar. Tudo isso a gente não esqueceu mas não coloca mais em conta. Porque nós somos da paz”, prosseguiu, destacando que acabou de ser informado de que “estamos fazendo 400 novos acordos comerciais em dois anos e meio”.

MEDIDAS DE SOCORRO

Durante a cerimônia, o governo apresentou a primeira parte do pacote de medidas para socorrer empresas afetadas pela cobrança de sobretaxa de 50% para produtos brasileiros pelos Estados Unidos. A principal medida anunciada foi a criação de uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões para auxiliar empresas impactadas pelo tarifaço. O acesso às linhas estará condicionado à manutenção do número de empregos.

Também foi prorrogado, por um ano, o prazo para que as empresas consigam exportar mercadorias que tiveram insumos beneficiados pelo chamado “drawback”. O mecanismo foi criado para incentivar as exportações, permitindo a suspensão ou isenção de tributos na importação de insumos utilizados na fabricação de produtos que serão exportados. Além disso, a Receita Federal fica autorizada a fazer diferimento (adiamento) de cobrança de impostos para as empresas mais afetadas pelo tarifaço. Essa prática já havia sido adotada anteriormente durante a pandemia da Covid-19.

O governo também anunciou que as empresas exportadoras terão crédito tributário (valores a abater em impostos) para que suas vendas ao exterior sejam desoneradas. As grandes e médias empresas passam a contar com até 3,1% de alíquota, e as micro e pequenas, com até 6%. Essa medida terá impacto de R\$ 5 bilhões até o fim de 2026. As empresas exportadoras, principalmente as pequenas e médias, terão mais acesso a operações de seguro, que protegem o exportador contra riscos como inadimplência ou cancelamento de contratos.

(Veja mais em www.horadepovo.com.br)

Celso Amorim: Aliança do Holocausto ‘manipula para justificar genocídio palestino’

Celso Amorim, ex-chanceler e assessor especial do presidente Lula, afirmou que Israel está usando a Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA, em inglês) para pressionar países e atrapalhar a solução dos dois estados.

O Brasil anunciou sua retirada do IHRA em junho. Segundo Celso Amorim, a Aliança apresenta um conceito de antissemitismo “totalmente inaceitável”, pressionando autoridades a se silenciarem sobre o genocídio que Israel está realizando na Faixa de Gaza.

“Você não pode usar o Holocausto como justificativa para haver um genocídio na Palestina”, declarou Amorim no programa Roda Viva, da TV Cultura.

“O Brasil estava se sentindo manipulado. A gente sabe as pressões que existem”, contou. “Qualquer coisa de

defesa da Palestina já era tido como antissemitismo. Nós não podemos aceitar que haja essa mistura. Não podemos permitir essa manipulação e que isso sirva para dificultar o que nós achamos que é a solução, que é o reconhecimento da Palestina, com dois estados com fronteira segura”, continuou.

A solução de dois estados “é a única solução, não é questão de pensar se vai acontecer a curto ou longo prazo”.

“Certas coisas a gente tem que apoiar e elas vão ocorrer. Se elas vão ocorrer em pouco tempo ou mais tempo, eu não sei. Acho que estamos chegando em um limite”, falou. “O próprio povo de Israel, até parte das forças armadas de Israel, está percebendo que tá indo longe demais”, acrescentou Amorim, se referindo aos crimes contra a população civil na Faixa de Gaza.

Descoberta da BP no pré-sal ameaça a soberania do Brasil

Federação Única dos Petroleiros denunciou a “negociata escandalosa” realizada por Bolsonaro que resultou na entrega do bloco na Bacia de Santos recente anúncio da descoberta de uma reserva de petróleo e gás na Bacia de Santos pela multinacional British Petroleum (BP) virou alvo de críticas dos representantes do setor petrolífero brasileiro. Para a Federação Única dos Petroleiros (FUP) a operação é apontada como símbolo do desmonte da soberania energética brasileira e dos feitos danosos da flexibilização do regime de partilha, promovida a partir de 2016 e acelerada durante a gestão Bolsonaro.

A FUP denunciou a “negociata escandalosa” realizada durante o governo Bolsonaro que resultou na entrega do bloco Bumerangue, no pré-sal da Bacia de Santos, com o menor retorno de óleo excedente à União da história: apenas 5,9%.

“A operação reforça a perda de controle nacional sobre recursos estratégicos, enquanto expõe o recuo da petroleira britânica em relação à transição energética, contrariando compromissos ambientais e priorizando o lucro de acionistas”, declarou o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

O leilão do bloco Bumerangue ocorreu em 2022, já sob as novas regras que retiraram a obrigatoriedade de participação da Petrobras como operadora, abrindo espaço para o domínio de petroleiras estrangeiras. A BP arrematou o ativo com o percentual mais baixo já ofertado de óleo excedente à União. Para a FUP, o caso escancara o resultado da política de entrega do pré-sal: lucros para multinacionais, perdas para o Brasil.

Segundo Bacelar, “consolidou-se uma tendência de baixa compensação ao país e maior presença de empresas estrangeiras”. A mesma BP arrematou, no ano seguinte, o bloco Tupinambá, oferecendo só 6,5% de excedente à União.

A FUP também denuncia a postura contraditória da BP em relação à transição energética. “A empresa chegou a reduzir seus investimentos em petróleo e sinalizou foco em energias limpas, mas parece ter recuado diante da

insatisfação dos acionistas”, afirmou Bacelar. Segundo ele, a petroleira tem intensificado a perfuração de poços e feito anúncios de grandes descobertas sem comprovação técnica, com possível finalidade especulativa.

Além disso, os campos explorados pela BP apresentam altas concentrações de dióxido de carbono, o que pode inviabilizar a produção. “A própria nota da BP menciona grandes volumes de CO₂”, lembra Bacelar. Ele cita o exemplo do campo de Libra, onde apenas 40% do volume estimado de barris é aproveitável devido à complexidade técnica, o que pode se repetir em Bumerangue. Essa realidade, segundo a FUP, pode ter afastado a própria Petrobras do leilão, já que só um dos 13 blocos ofertados no 3º ciclo de Oferta Permanente sob Partilha, previsto para outubro, despertou seu interesse.

O desmonte da Petrobras e a entrega do pré-sal ao capital internacional se intensificaram no governo anterior, com a privatização de campos de produção, refinarias, distribuidoras e dutos. Para Bacelar, “isso reduz a arrecadação pública e compromete o controle nacional sobre um recurso essencial ao desenvolvimento”.

A FUP também relembra o histórico de desastres ambientais envolvendo a BP, como o megavazamento de petróleo no Golfo do México em 2010. “A substituição da liderança tecnológica da Petrobras por empresas com menor compromisso público representa um risco técnico e ambiental”, alertou Bacelar.

A entidade critica abertamente o atual modelo de leilões e partilha, que considera um erro estratégico e uma ameaça à soberania nacional. Em vez de colocar o pré-sal a serviço do povo brasileiro, o país está alimentando a financeirização dos recursos naturais, ignorando compromissos climáticos e renunciando ao papel do Estado como indutor do desenvolvimento e guardião da segurança energética.

Ministro Flávio Dino, do STF vota a favor de auxílio do INSS para mulheres afastadas por violência

Na última sexta-feira (8), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, votou para garantir que mulheres vítimas de violência doméstica possam receber benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) durante o período de afastamento do trabalho. O julgamento ocorre até 18 de agosto no plenário virtual do STF.

Dino é relator no julgamento provocado pelo próprio INSS, que recorreu ao Supremo contra uma decisão da Justiça Federal que responsabiliza o Instituto pelo pagamento dos salários de uma mulher em situação de violência.

O ministro afirmou que a questão não tem um caráter estritamente orçamentário, mas de uma profunda reflexão sobre os mecanismos de efetivação dos direitos fundamentais, notadamente a dignidade da pessoa humana e a proteção à integridade física, psicológica e patrimonial da mulher em situação de violência doméstica.

Flávio Dino defende a competência do Superior Tribunal de Justiça para definição da matéria e lembra que este já entendeu pela viabilidade e necessidade da garantia da ação assistencial ou previdenciária. “A Corte Superior entendeu tratar-se de medida protetiva emergencial destinada a preservar a integridade da vítima, sem vínculo direto com a relação trabalhista”, destaca Dino.

“Incide o auxílio-doença, diante da falta de previsão legal, referente ao período de afastamento do trabalho, quando reconhecida ser decorrente de violência doméstica e familiar, pois tal situação advém da ofensa à integridade física e psicológica da mulher e deve ser equiparada aos casos de doença da segurada, por meio de interpretação extensiva da Lei Maria da Penha”, diz a decisão do STF.

No art. 9º da Lei Maria da Penha, é assegurada “a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada em caráter prioritário no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Segurança Pública (Susp), de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), e em outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente, quando for o caso”.

Em seu inciso II, prevê-se “a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses”.

Apesar disso, o INSS, ao perceber apenas a incapacidade física para fins de afastamento no trabalho, negligenciando a própria segurança e sofrimento emocional das mulheres vítimas de violência, argumenta que não é possível estender a proteção previdenciária em situações em que não há incapacidade para o trabalho.



“Operação reforça a perda de controle nacional sobre recursos”, diz FUP

Felca expôs como “Big Techs” se beneficiam da exploração infantil e reforça a necessidade da regulação das redes

O vídeo publicado pelo youtuber Felipe Bressanim Pereira, conhecido como Felca, ultrapassou 34 milhões de visualizações no YouTube e provocou uma reação em cadeia no Congresso, no governo e na sociedade civil. A denúncia da chamada “adultização” — a exposição de crianças a comportamentos, práticas e responsabilidades típicas de adultos — e revela como o funcionamento dos algoritmos e o modelo de negócios das plataformas digitais, as chamadas “Big Techs” favorecem a disseminação e monetização desse tipo de material, abrindo espaço para crimes como pedofilia e exploração sexual infantil.

A gravação, feita em tom de alerta, apresenta casos concretos de menores submetidos a situações constrangedoras ou sexualizadas e demonstra, por meio de um experimento social, como é possível condicionar o algoritmo de redes como o Instagram a recomendar apenas vídeos de crianças e adolescentes, transformando o conteúdo “inocente” em um ponto de encontro virtual para criminosos.

O impacto foi imediato: oito novos projetos de lei foram protocolados na Câmara dos Deputados, somando-se a 45 propostas já em tramitação desde 2023, e líderes políticos passaram a defender com mais força a regulação das redes sociais e a responsabilização direta das big techs.

REAÇÃO POLÍTICA
As denúncias expostas por Felca causaram grandes reações no Congresso Nacional e no governo federal.

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, voltou a defender a regulamentação das redes sociais e disse que o governo Lula (PT) vai enviar uma lei para tratar do assunto “nos próximos dias”. “Essas empresas hoje faturam bilhões e bilhões de dólares no mundo inteiro e elas não querem ser fiscalizadas porque, infelizmente, muitas delas ganham dinheiro — e ganham muito dinheiro — patrocinando, estimulando e viabilizando crimes”, afirmou o ministro, em entrevista à Rádio Alvorada.

No último domingo, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), também defendeu uma ação firme contra a “adultização” de crianças. “O vídeo do Felca sobre a adultização das crianças chocou e mobilizou milhões de brasileiros. Esse é um tema urgente, que toca no coração da nossa sociedade. Na Câmara, há uma série de projetos importantes sobre o assunto. Nesta semana, vamos pautar e enfrentar essa discussão”.

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT-RS), defendeu que as plataformas sejam responsabilizadas para que a internet deixe de ser “uma arma poderosa nas mãos de pedófilos, incitadores de mutilações e suicídios, golpistas e criminosos”.

Relator de um dos projetos mais importantes sobre a regulação das redes sociais no Brasil conhecido como PL das Fake News



Youtuber mostrou como algoritmos funcionam

(PL 2630/2020), o deputado Orlando Silva ressaltou que a proteção das crianças nas redes “só será efetiva com a REGULAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS!”

“O vídeo-denúncia do influenciador Felca trouxe à tona um debate inadiável: a necessidade de proteger nossas crianças contra criminosos que lucram com a exploração infantil nas redes sociais”, disse em seu perfil no X.

A deputada Érika Hilton (PSOL-SP) considerou “criminoso” que “as redes sociais e ‘big techs’ lucrem com tudo isso, recomendando esses conteúdos a novos usuários, os transformam em ‘tempo de tela’, visualizações de anúncios e, por fim, monetizam a pornografia infantil e a exploração sexual infantil”.

Em tom mais incisivo, Guilherme Boulos (PSOL-SP) ligou o problema diretamente à resistência das empresas em aceitar regulação:

“As plataformas não querem se responsabilizar pelo compartilhamento de conteúdos criminosos porque eles já fazem parte dos negócios. É muito importante que um influenciador com a popularidade do Felca ajude a jogar luz em crimes que acontecem debaixo dos olhos de todos nas redes sociais. Depois do vídeo, alguns dos perfis denunciados foram derrubados pelas plataformas. A pergunta é: por que só agora? [...] Se regular, elas vão ter que moderar. Mas os bilionários por trás das plataformas não estão interessados. [...] Além de lucrar com conteúdos que expõem nossos filhos a criminosos que se escondem atrás do celular, lucram com o uso das nossas informações pessoais. [...] Nós vamos acompanhar os desdobramentos das investigações sobre a atuação dessas plataformas no Brasil e seguiremos lutando pela regulação delas.”

CASOS DENUNCIADOS
Bel para Meninas – Felca apontou que o canal “extrapolava a normalidade quando buscava o engajamento”, expondo a menor a constrangimentos como “dar uma lambida” em bebida que não gostava. Bel, hoje maior de idade, defendeu os pais e disse que sempre quis a carreira online.

Hytalo Santos – Apresentado por Felca como “uma das paradas mais cabulosas que envolve criança em conteúdo nefasto”, o influenciador ostentava luxo e convivia com adolescentes, incluindo Kamylinha, emancipada aos 16 e submetida a implante de silicone aos 17.

“Ela faz show para adultos de minissaia, com danças

sensuais, e o público consumindo drogas e álcool. [...] Uma menor de idade sexualizada”.

Caroliny Dreher – Começou com danças “inocentes” aos 11 anos e, aos 14, já tinha conta em site adulto, com conteúdo circulando em fóruns de pedofilia. “De cada vez mais inocente, para culminar ao ponto de se tornar absolutamente criminoso. É uma das coisas mais asquerosas e corrompidas que eu já vi na minha vida”.

O PAPEL DOS ALGORITMOS

No experimento, Felca criou um perfil novo no Instagram, sem histórico de navegação, e passou a interagir com poucos vídeos de crianças e adolescentes em situações aparentemente comuns — danças, brincadeiras, interações familiares. Bastaram algumas curtidas e visualizações para que o algoritmo começasse a recomendar, em sequência, exclusivamente conteúdos desse tipo.

Em questão de horas, o feed se transformou em um espaço saturado de imagens de menores, muitas vezes em poses, roupas ou situações ambíguas que atraem e mantêm a atenção de um público específico: predadores sexuais.

“É assustador porque eles pegam um conteúdo inocente e transformam num ponto de troca mesmo”, disse Felca, destacando que as seções de comentários funcionam como pontos de encontro para pedófilos, que usam códigos, emojis e gifs para se comunicar.

Felca chamou essa lógica de recomendação de “algoritmo P”, uma alusão direta ao papel da tecnologia na manutenção de redes de pedofilia online. Ele mostrou que, em um perfil de uma menina de 8 anos, “absolutamente todos os comentários são com esses gifs” e que a maioria dos seguidores é composta por adultos que não têm relação aparente com a criança, mas interagem constantemente com o conteúdo.

O caso expõe uma falha central no modelo de negócios das redes sociais: os algoritmos são treinados para maximizar tempo de tela e engajamento, sem filtros eficazes para impedir que isso ocorra em conteúdos com menores. Quanto mais o usuário consome determinado tipo de vídeo, mais o sistema entrega recomendações similares, criando um ciclo vicioso que beneficia financeiramente a plataforma por meio da venda de anúncios.



Passeata da 4ª Marcha das Mulheres Indígenas

Lula vetou 63 pontos do PL do licenciamento ambiental e mantém proteção a biomas

Nesta sexta-feira (8), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, o polêmico projeto de lei (PL) aprovado pelo Congresso Nacional que elimina ou reduz exigências para o licenciamento ambiental no Brasil.

Lula vetou 63 dos 400 dispositivos propostos pelo PL do Licenciamento Ambiental ou PL da Devastação, como vinha sendo chamado por ambientalistas, aprovado pela Câmara no último dia 17.

O Planalto informou que os vetos garantem “proteção ambiental e segurança jurídica” e foram definidos após escutar a sociedade civil.

Apoiado pelo agronegócio e setores empresariais, o PL vinha sendo denunciado por organizações ambientalistas e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como grave retrocesso ambiental.

Ao explicar os vetos do presidente Lula em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto, a ministra do meio ambiente, Marina Silva, informou que essa foi uma decisão coletiva do governo.

“Foi um trabalho que, no nosso entendimento, mantém o diálogo com o Congresso Nacional, fazendo com que a gente assegure a integridade do licenciamento ambiental e consiga fazer processos que ganhem celeridade sem a perda da qualidade do licenciamento que é fundamental para proteção do meio ambiente em um contexto de crise climática, perda de biodiversidade e de processos de desertificação”, explicou.

Dessa mesma forma, uma medida provisória (MP) e um outro projeto de lei com urgência constitucional também foram assinados por Lula nesta sexta, para recompor, em parte e com outras redações, os dispositivos vetados.

A MP editada trata exclusivamente da modalidade de Licenciamento Ambiental Especial (LAE), que permitia um licenciamento simplificado para projetos e obras consideradas “estratégicas” pelo governo.

Apesar de manter a nova modalidade criada pelo projeto, o governo vetou a possibilidade desse tipo de processo ser realizada com fase única. Marina Silva explicou que a LAE estabelecida pela MP não exclui etapas. “O LAE passará a ser acionado para estabelecer projetos prioritários, que terão equipes destinadas a dar celeridade aos licenciamentos, mas não se permitirá licenciamento simplificado, ou monofásico”, informou.

A secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, destacou que a decisão dos vetos envolveu todo o governo, e não apenas um ministério. Ainda segundo Belchior, o trabalho do governo foi guiado por quatro diretrizes principais.

“As diretrizes são: garantir a integridade do processo de licenciamento; dar segurança jurídica para os empreendimentos e investidores responsáveis; assegurar os direitos dos povos indígenas e comunidades quilombolas, e incorporar dispositivos que tornem o licenciamento mais ágil sem prejudicar sua eficiência”, explicou.

O governo vetou ainda a possibilidade de licenciamento simplificado para empreendimentos de médio potencial poluidor, o que inclui modalidade de licenciamento por autodeclaração.

Com isso, a Licença por Adesão e Compromisso (LAC) fica mantida apenas para obras de baixo impacto ambiental. “Evita que empreendimento de risco relevante, como barragens de rejeitos, realizem licenciamento simplificado sem análise técnica adequada. O PL do Executivo [assinado hoje], além de restringir a LAC para baixo potencial de impacto, acrescenta limites ao procedimento autodeclaratório”, informou o Planalto.

O governo também vetou dispositivos que transferiam, “de forma ampla”, para os estados e o Distrito Federal (DF), a responsabilidade por definir os parâmetros e critérios para licenciamentos. Com os vetos, o governo estabeleceu que os estados devem respeitar “padrões nacionais”.

Também foi vetada a possibilidade de retirar a Mata Atlântica do regime de proteção especial para supressão de floresta nativa.

“O bioma já se encontra em situação crítica, com apenas 24% de sua vegetação nativa remanescente”, justificou o Planalto.

Outro veto do presidente Lula derrubou o dispositivo que limitava as consultas a comunidades indígenas e quilombolas para empreendimentos realizados em suas áreas.

Pelo PL, apenas as comunidades com o território homologado ou titulado teriam que ser consultadas. Com o veto, os grupos indígenas e quilombolas que tenham iniciado o processo de reconhecimento devem ser consultados.

“A limitação proposta no texto do PL aprovado deixaria de fora uma série de povos e territórios em fase de reconhecimento pela Funai e pela Fundação Palmares, contrariando a Constituição Federal”, justificou o governo.

Também foi derrubado pelos vetos o dispositivo que dispensava o licenciamento ambiental para produtores rurais com Cadastro Ambiental Rural (CAR) ainda pendente de análise pelos órgãos estaduais. “A medida protege o meio ambiente, uma vez que somente serão dispensados do licenciamento os proprietários rurais que tiveram o CAR analisado”, informou o Executivo.

O governo exigidas medidas adequadas de mitigação, compensação ou controle, preservando a efetividade do licenciamento ambiental”, explicou o Executivo.terão poder real sobre o processo.

Indústrias e trabalhadores do RS debatem proteção aos empregos e alternativas a tarifaço dos EUA

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Centrais Sindicais e cerca de 15 federações de trabalhadores vinculadas aos setores exportadores para o mercado norte-americano se reuniram na última terça-feira (5), para buscar soluções que protejam empregos e setores produtivos, diante do tarifaço de Donald Trump aos produtos brasileiros.

O Rio Grande do Sul é um dos estados mais afetados com a medida dos Estados Unidos. Cerca de 85% dos produtos gaúchos exportados para os EUA estão sujeitos à taxa. O estado emprega cerca de 140 mil trabalhadores nas áreas sob tarifas, que teriam pelo menos 20 mil destes postos de trabalho já diretamente ameaçados.

“São 140 mil postos de trabalho que podem ter seus empregos abalados”, disse o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) Cláudio Bier, afirmando que o momento é de unir forças e encontrar canais de diálogo para “minimizar os impactos para as empresas e os trabalhadores”.

“A participação de todos é fundamental para o fortalecimento do diálogo e para a construção de soluções conjuntas que enfrentem essa crise das tarifas. A unificação de esforços entre empresários e trabalhadores é urgente. Com o consenso, podemos levar propostas aos governos estadual e federal. Essas medidas visam preservar postos de trabalho e evitar demissões”, afirmou Bier.

Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul (CUT/RS), Amarildo Cenci, as medidas do presidente dos EUA atingem diretamente os trabalhadores e, segundo ele, “a resposta não pode ser só diplomática. É preciso proteger a renda e o trabalho dos brasileiros”, disse.

Amarildo Cenci entregou à Fiergs um documento elaborado em conjunto pelas federações. “A proteção dos setores econômicos e dos trabalhadores é essencial. Estamos interessados em fazer parte dessa discussão que olha para a economia e para os postos de trabalho”, disse.

Segundo o diretor da Força Sindical-RS, “é preciso que as empresas se mantenham funcionando para que possam manter os empregos”.

“Podemos construir um projeto para que possamos superar este momento difícil. Nós já vencemos a pandemia e as enchentes. Vamos encontrar uma saída com diálogo”, destacou o dirigente sindical.

No encontro, as lideranças empresariais e de trabalhadores também defenderam que o Brasil reforce sua soberania econômica por meio de um projeto nacional de desenvolvimento, baseado na reindustrialização, inovação e valorização do trabalho.

As propostas aprovadas na reunião serão levadas ao governo federal nas próximas semanas. A ideia é fazer um esforço conjunto para garantir medidas emergenciais de proteção comercial e estímulo à produção interna.

CTB reelege Adilson: “Defender soberania e fazer o país crescer”



Adilson Araújo foi reeleito presidente da Centeal, no seu 6º Congresso



Congresso da CTB foi realizado nos dias 8 e 9 de agosto, em Salvador

Sabesp anuncia plano de demissões e sindicato alerta para precarização

O Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema) denunciou que a Sabesp vai lançar um novo programa de demissões. Segundo o sindicato, o novo Programa de Desligamento Voluntário Dirigido (PDVD) é, na verdade, um “ataque” aos trabalhadores e à empresa, “disfarçado de adesão voluntária”.

O anúncio do programa, voltado para os trabalhadores das áreas de Jurídico, Almoarifado, Tecnologia da Informação e Atendimento ao Cliente, foi feito às entidades pela direção da empresa na segunda-feira (4).

De acordo com o Sintaema, o programa, sem nenhuma garantia de reposição de pessoal, “é mais uma ação que obedece a lógica privatista e que joga fora a memória viva da Sabesp construída pelos trabalhadores e trabalhadoras que, durante décadas, entregaram o saneamento ao

povo de São Paulo”.

O sindicato ressalta que a medida, “não só favorece a terceirização — como também não apresenta nenhum plano de recomposição de quadros diretos ou de valorização da estrutura própria”.

“Em vez de realocá-los em outras áreas, a Sabesp empurra esses profissionais para fora, abrindo espaço para a terceirização e precarização de um setor tático para a empresa e o serviço, essencial para a população”, afirma o sindicato, referindo-se em especial aos trabalhadores do almoarifado, essencial para o bom funcionamento dos serviços.

“Pior ainda é o clima imposto: o chamado ‘voluntário’ vem acompanhado da velha chantagem institucional — ‘ou vocês aderem agora, ou a empresa dá um jeito depois’, denuncia o Sintaema sobre a coação da empresa aos trabalhadores.

Conforme a entidade esse movimento faz parte

do desmonte da empresa promovido pela direção e alerta: “o PDVD pode parecer uma saída individual, mas é, na prática, mais um passo no projeto de retirada de direitos, esvaziamento da Sabesp e reposicionamento do saneamento ao sabor dos ditames da Faria Lima”.

O sindicato pede aos trabalhadores para que não tomem nenhuma decisão isoladamente. “Procurem o sindicato. Vamos enfrentar mais essa ofensiva juntos, com coragem e unidade”.

“Um verdadeiro programa de desligamento deveria estar vinculado a um plano claro de reposição de quadros, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços. Além disso, não pode ser direcionado de forma seletiva e excludente, como está sendo feito, atingindo justamente áreas estratégicas e operacionais — e alimentando ainda mais a terceirização”, alerta o sindicato.

“É hora de uma ampla unidade democrática e popular para defender a soberania nacional”

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) concluiu o seu 6º Congresso Nacional neste sábado (9), reconduzindo Adilson Araújo à presidência da entidade. “A nossa chapa unitária é a síntese de um esforço coletivo, fruto do caráter democrático e plural da nossa Central. Este é um mandato de transição, que inicia uma nova tarefa: construir uma nova composição e seguir lutando por um Brasil mais humano e menos desigual”, afirmou o presidente em seu discurso de encerramento.

Após três dias de debates, o congresso aprovou a Carta de Salvador e a Resolução Política da entidade, em que a Central rechaça a ingerência imperialista dos EUA em assuntos internos do país. “O Brasil enfrenta uma abjeta e descarada agressão imperialista dos EUA à sua soberania, em defesa de seu aliado, o golpista Jair Bolsonaro, e dos interesses escusos das big techs”, afirma. “É hora de uma ampla unidade democrática e popular para defender a soberania nacional, rechaçar as pressões imperialistas, denunciar e desmascarar os traidores da pátria, procurando isolar a extrema direita bolsionista”.

A entidade ressalta que a resposta do governo diante das investidas de Trump foi contundente e pode ser ainda favorável ao país no aspecto econômico, “com medidas de apoio às empresas afetadas, protegendo o emprego e a renda dos trabalhadores e trabalhadoras, procurando novos mercados para as exportações afetadas, reforçando nossos laços com a China e o Brics e também fortalecendo o mercado interno, que pode absorver parte significativa dos produtos destinados aos EUA com a redução dos preços”. “Um efeito reverso do tarifaço que já está se verificando no caso de frutas e proteínas, o que alivia o bolso dos mais pobres e reduz a pressão inflacionária”, afirma.

“Entre outras medidas que podem e devem ser tomadas neste sentido cabe destacar a taxaço das remessas de lucros e dividendos das multinacionais e a imposição de impostos e rigorosa regulamentação das big techs, que — sob o comando de bilionários reacionários e o pretexto da liberdade de expressão — transformaram a internet num refúgio da extrema direita e plataforma para criminosos e golpistas de todos tipos”.

A CTB afirma que o país vem apresentando números

positivos no crescimento do PIB e nos níveis de emprego, destacando que no segundo trimestre desse ano “o Brasil bateu o recorde de pessoas ocupadas, com mais de 103,3 milhões na média do ano passado, e registrou a maior massa de rendimentos reais da série histórica, o que alavancou o consumo das famílias, que avançou 4,5%”. No entanto, diz, “é necessário ressaltar que a qualidade dos postos de trabalho e o valor dos salários ainda deixam muito a desejar e é expressivo o contingente de brasileiros e brasileiras que trabalham na informalidade (cerca de 40 milhões), com baixos salários e sem proteções”.

Para a entidade, “a possibilidade de crescimento mais vigoroso da economia e do bem estar social encontra um forte obstáculo na política macroeconômica, com destaque para as políticas monetária e fiscal, a primeira fundada nos juros reais mais altos do mundo e a segunda em metas fiscais restritivas, ditadas pelos grandes credores da dívida pública, que se desdobram em cortes de investimentos e programas públicos fundamentais. É preciso remover esses dois obstáculos, fatores de depressão da demanda agregada, para que a economia nacional avance”.

“As centrais sindicais têm protestado contra os juros altos, organizando manifestações diante da sede e representações do Banco Central no país. É uma mobilização essencial que precisa ser ampliada e envolver uma parcela maior da sociedade, incluindo empresários extorquidos com os juros altos, para alterar os rumos da política monetária”.

FORTELECIMENTO SINDICAL

A Central concluiu convocando também a um amplo debate que enfrente os ataques contra a organização dos trabalhadores, com medidas como o fim da contribuição sindical, em especial neste momento que exige um movimento sindical fortalecido e unificado “tendo em vista a radicalização das lutas de classes e a imperiosa necessidade de enfrentar e derrotar a ofensiva do capital e do imperialismo e as forças do neofascismo”.

“O 6º Congresso da CTB reitera o compromisso histórico de lutar pela democracia, pela paz mundial, pela soberania nacional e pelo socialismo, ideal maior da classe trabalhadora e única alternativa à barbárie capitalista”, conclui a entidade.

Justiça condena Ford a pagar R\$ 30 milhões por demissão em massa sem negociação

A Justiça do Trabalho condenou a montadora Ford a pagar indenização de R\$ 30 milhões por danos morais a coletivos em decorrência do fechamento da unidade de Camaçari, na Bahia, sem negociação prévia com o sindicato da categoria.

A ação foi movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e o caso julgado pela Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região. A decisão foi publicada na última sexta-feira (19), mas ainda cabe recurso.

Na acusação, o MPT mostrou provas de que a Ford tomou decisão unilateral de fechar a fábrica sem comunicar os funcionários ou o sindicato, o que descumpe os acordos coletivos com os trabalhadores e também os contratos com o BNDES. Conforme o MPT, a Ford só abriu negociação com o sindicato após o ministério intervir com o ajuizamento de uma ação civil pública. Com isso, o Tribunal reconheceu que a empresa tinha a obrigação de negociar a demissão em massa de forma coletiva antes da fábrica

ter encerrado as atividades.

Desde o anúncio do fechamento, em 11 de janeiro de 2021, o MPT tem atuado no caso por meio de um Grupo Especial de Atuação Finalística (Geaf), que obteve, já em 2021, decisões liminares em Camaçari e em Taubaté (SP) para garantia do diálogo com a entidade sindical, assegurando a manutenção dos empregos e salários e proibindo o assédio negocial aos trabalhadores.

O recurso do MPT foi acolhido por unanimidade pela 1ª Turma do TRT, com relatório do desembargador Edilton Meireles. Houve divergência apenas no valor fixado para a condenação. Caso a decisão não seja revertida, será estabelecida uma discussão sobre o pagamento e destino do dinheiro, que será usado para reparação da sociedade por danos causados. Indenizações para os trabalhadores são discutidas em processos individuais e coletivos.

Após a paralisação, no final de 2023, o complexo industrial foi assumido pela chinesa BYD em acordo com o governo da Bahia.



Federação denuncia terceirizada da Petrobrás por calote em trabalhadores

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) está pressionando a Petrobrás para que dê solução urgente aos recorrentes “calotes” de terceirizadas junto aos trabalhadores. No momento, a entidade cobra do RH da estatal que use as retenções contratuais da terceirizada LCD, que, com o fim do contrato com o Sistema Petrobrás, não efetuou o pagamento de salários e verbas rescisórias dos trabalhadores demitidos.

A entidade esclarece que, em contratos firmados pela Petrobrás, existe um percentual de retenção mensal (que pode variar de 1% a 5%) justamente para garantir o pagamento de direitos trabalhistas em situações de crise.

De acordo com a federação, com o vencimento da maioria dos contratos do compartilhado de engenharia em agosto, acarretando precarização das condições de trabalho, baixos salários, benefícios cada vez mais reduzidos ou até nenhuma garantia para os trabalhadores.

Recentemente, conseguimos evitar atrasos no pagamento de salários, vale-alimentação e plano

de saúde, mas agora estamos diante de um cenário de rescisões, sem quitação. É inaceitável”, afirmou o diretor do Sindipetro Litoral Paulista (LP) e da FNP, Fábio Mello.

Segundo ele, os sindicatos já encaminharam um ofício ao RH da Petrobrás solicitando urgência na resolução do problema e uma busca no diálogo direto com os gestores responsáveis pelos contratos de empresas terceirizadas.

“Queremos que o mesmo procedimento adotado no caso da Provac se repita com a LCD. Nossa cobrança é para que a Petrobrás libere esses valores retidos e garanta o pagamento imediato aos trabalhadores”, disse o sindicalista.



“Israel quer palestinos em guetos”, diz representante da Rússia na ONU



Polyansky condena plano genocida de Netanyahu de ocupar Gaza

Tropas genocidas de Netanyahu assassinam 61 palestinos e ferem 363 na Faixa de Gaza

“Sessenta e um corpos, incluindo aqueles recuperados sob os escombros, foram levados para necrotérios, e 363 pessoas foram encaminhadas para hospitais”, afirmou o comunicado, acrescentando que cinco pessoas, incluindo duas crianças, que morreram de fome no sábado (9), elevando o número total de vítimas de desnutrição para 217, incluindo 100 menores.



Palestinos assassinados em Gaza por ataques de Israel

de 2023. As mesmas fontes acrescentaram que a quantidade de feridos subiu para 153.213 desde o início do ataque.

SOB ESCOMBROS

Enquanto isso, muitas vítimas permanecem sob os escombros, impossíveis de alcançar por ambulâncias e equipes de proteção civil.

Em março de 2025, o exército israelense reto-

mou as operações militares em Gaza.

ACORDO ROMPIDO

Assim Netanyahu rompeu o acordo de cessar-fogo firmado em janeiro deste ano.

Várias rodadas de negociações mediadas pelo Catar, Egito e EUA foram infrutíferas, já que foram desrespeitadas pelo governo de Netanyahu.

Dmitry Polyansky afirmou que Israel “não aprendeu com o Holocausto” e repete o que os nazistas fizeram, só que agora atingem o povo palestino dizendo agir em nome dos judeus

Durante uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU no domingo (10), convocada após o genocida Netanyahu anunciar que as tropas israelenses lançaram uma operação de ocupação total de Faixa de Gaza, o representante da Rússia nas Nações Unidas, Dmitry Polyansky, acusou Israel de ignorar as lições do Holocausto e violar o direito internacional ao planejar tomar o controle da Cidade de Gaza.

CONDENAÇÃO

“Condenamos firmemente a intenção do governo de Netanyahu de tomar Gaza”, afirmou Polyansky, alertando que a decisão agravaria a crise humanitária em Gaza, prejudicaria a viabilidade da solução entre Israel e Palestina e equivaleria ao reconhecimento formal de um regime de ocupação.

Ele criticou Israel por ignorar os apelos internacionais e as solicitações feitas pelos familiares dos reféns mantidos pelo Hamas.

O diplomata russo culpou o ministro das Relações Exteriores israelense, Gideon Sa’ar, de agir com “lágrimas de crocodilo” ao demonstrar preocupação pelos prisioneiros, ao mesmo tempo em que o gabinete aprovava a operação militar de ocupação total de Faixa

de Gaza que, deixou claro, eliminaria qualquer possibilidade de libertação dos reféns com vida.

HOLOCAUSTO

Polyansky expressou perplexidade ao destacar que o povo judeu, tendo sobrevivido ao Holocausto, agora esteja colocando os palestinos “em guetos” e buscando sua completa destruição.

O Gabinete de Segurança de Israel aprovou na quinta-feira passada a proposta de Benjamin Netanyahu de expandir novamente sua operação militar dentro da Faixa de Gaza e assumir o controle total do importante centro populacional de Gaza, decisão que provocou que o Conselho de Segurança da ONU se reunisse na manhã de domingo em Nova York.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, descreveu a situação como uma “escalada perigosa e corre o risco de agravar as consequências já catastróficas para milhões de palestinos, podendo colocar ainda mais vidas em risco, incluindo as dos reféns restantes”, o que já leva multidões de opositores às ruas de Tel Aviv.

O chefe da ONU alertou que essa nova escalada levará a mais deslocamentos forçados, assassinatos e destruição em massa, exacerbando o sofrimento inimaginável da população.

Presidenciável da Colômbia morre depois de baleado durante a campanha

O senador e pré-candidato à presidência da Colômbia, Miguel Uribe Turbay, de 39 anos, não resistiu aos dois disparos recebidos na cabeça durante a campanha eleitoral em Bogotá e faleceu nesta segunda-feira (11), após mais de dois meses hospitalizado. No dia do atentado, um adolescente de 15 anos foi preso e o governo de Gustavo Petro ofereceu US\$ 730 mil por informações que levem aos mandantes intelectuais do crime.

“Este ataque tem um impacto na estabilidade do nosso país”, apontou o ministro da Justiça. Governo Petro ofereceu recompensa por informações que levem aos mandantes do crime.

O senador opositorista era filiado ao partido Centro Democrático, legenda do ex-presidente Álvaro Uribe Vélez. Apesar do sobrenome comum, Miguel não tinha parentesco direto com o líder de extrema direita. O pré-candidato Miguel Uribe Turbay é neto de Julio César Turbay, presidente da Colômbia pelo Partido Liberal entre 1978 e 1982.

Refletindo o agravamento do clima de tensão, com ameaças por parte de paramilitares à vida do presidente Gustavo Petro, o atentado demonstra até onde a extrema-direita está disposta a seguir para barrar os avanços sociais após décadas de governos neoliberais e subservientes aos ditames estadunidenses.

A perspectiva fúnebre e de extrema violência apontada pela oposição made in USA reflete não apenas sua aversão ao restabelecimento do processo democrático, como à própria vida de autoridades e lideranças políticas, populares e sociais empenhadas em construir um modelo independente.

Conforme o ministro da Defesa, Pedro Sánchez Suárez, o governo Petro trabalha com diferentes possibilidades para as origens do ataque contra o integrante do partido de Álvaro Uribe. “Poderíamos classificar em três grupos principais: se foi diretamente porque era Miguel Uribe Turbay, ou por sua ligação com o seu partido político, ou se foi uma tentativa de desesta-

bilizar o governo nacional por meio de ataques a membros que discordam da atual gestão. Este ataque tem um impacto na estabilidade do nosso país”, apontou o ministro.

Nas eleições presidenciais de 2022, vencidas por Petro e Francia Márquez, ocorreram inúmeros casos de violência, como registrou a Fundação Paz e Reconciliação (Pares). Somente entre 13 de março e 13 de maio foram 222 vítimas de violência eleitoral na Colômbia, sendo 29 assassinatos e 193 ameaças.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento da Paz (Indepaz), no primeiro semestre de 2022 foram registradas oficialmente 42 chacinas no país, sendo que após seis anos da assinatura dos Acordos de Paz, 1.624 ex-combatentes e líderes comunitários tenham sido assassinados.

O atentado a Miguel Uribe Turbay ocorreu em meio à vitoriosa campanha de Petro em favor da reforma trabalhista que – após dois anos de intensos debates – restaurou inúmeros direitos cassados pelo ex-presidente Álvaro Uribe (2002-2010). Agora, o atentado passa a ser descaradamente manipulado por setores da oposição e da mídia, subordinados aos Estados Unidos, para tentar desestabilizar a Colômbia na busca de retrocessos. Nesta toada, mensageiros de Trump responsabilizaram o atentado como reflexo da “retórica” do governo colombiano.

Álvaro Uribe foi declarado culpado recentemente por “suborno e corrupção” de três paramilitares na tentativa de evitar que o vinculassem aos crimes promovidos por seu governo. Ao longo do conflito armado, esses grupos mercenários de extrema direita atuaram com o suporte do exército estadunidense e torturaram, desapareceram e assassinaram mais de 200 mil opositoristas. Ao emitir a sentença, a juíza Sandra Heredia sublinhou que “Álvaro Uribe sabia que suas ações” e, após 475 dias de julgamento, provocou uma enorme comemoração do lado de fora do tribunal.



Israel assassina Al Sharif e mais 5 jornalistas para silenciar a mídia

Centenas de palestinos na Cidade de Gaza acorreram nesta segunda-feira (11) ao funeral dos seis jornalistas premeditadamente mortos por um ataque aéreo israelense na véspera, entre eles Anas al Sharif, o respeitado correspondente da Al Jazeera.

Os jornalistas cumpriam seu dever de mostrar o genocídio em curso ao mundo, desde uma tenda de imprensa ao lado do portão principal do Hospital Al Shifa.

Uma multidão carregou pelas ruas os corpos dos jornalistas assassinados, e as insígnias que usavam “Press” (imprensa), do Al Shifa ao Cemitério Sheikh Radwan, no centro de Gaza.

REPÚDIO MUNDIAL

A atrocidade desencadeou uma onda de repúdio vinda do mundo inteiro, agravada por ser, talvez, a salva inicial do ataque anunciado na sexta-feira pelo primeiro-genocida Netanyahu à Cidade de Gaza, na tentativa de emplacar sua solução final para a questão palestina.

Além de Al Sharif, foram mortos por Israel o correspondente da Al Jazeera, Mohammed Qreiqeh, os operadores de câmera Ibrahim Zaher, Moamen Aliwa e Mohammed Noufal, e um repórter freelance, Mohammad al-Khaldi.

A Al Jazeera condenou o “assassinato seletivo” de seus jornalistas, o que chamou de “tentativa desesperada de silenciar vozes que expõem a captura e ocupação em curso de Gaza”.

Sharif e seus companheiros foram homenageados pelo Sindicato dos Jornalistas da Palestina. No ataque também ficaram feridos mais três profissionais da imprensa, segundo Repórteres Sem Fronteiras.

“O assassinato de jornalistas por Israel indica que está planejando algo grande para a Cidade de Gaza”, disse o diretor do Hospital Al Shifa, Mohammed Abu

Uma hora antes de falecer, com uma mensagem para seus seguidores Anas acessou o X (anteriormente conhecido como Twitter) e afirmou: “A quem possa interessar, a ocupação agora ameaça abertamente uma invasão em larga escala de Gaza. Há 22 meses, a cidade sangra sob bombardeios implacáveis por terra, mar e ar. Dezenas de milhares foram mortos e centenas de milhares ficaram feridos”.

Ele acrescentou: “Se essa loucura não acabar, Gaza será reduzida a ruínas, as vozes de seu povo silenciadas, seus rostos apagados — e a história se lembrará de vocês como testemunhas silenciosas de um genocídio que vocês escolheram não impedir. Compartilhem esta mensagem e marquem todos que têm o poder de ajudar a acabar com esse massacre. Silêncio é cumplicidade”.

De acordo com a Al Jazeera, Al-Sharif, 28, foi morto quando uma tenda usada por jornalistas do lado de fora do portão principal do Hospital al-Shifa, na Cidade de Gaza, foi atingida por um ataque aéreo israelense.

JORNALISTA PREMIADO

Anas Al-Sharif era um conhecido jornalista radicado em Gaza que realizou extensas reportagens na parte norte da Faixa para a Al Jazeera em árabe. Formado pela Faculdade de Mídia da Universidade de Al-Aqsa, na Cidade de Gaza, recebeu o Prêmio de Melhor Jovem Jornalista da Palestina em 2018 por suas reportagens.

Em julho, o porta-voz militar israelense Avichay Adraee postou um vídeo nas redes sociais acusando Al-Sharif de ser membro do braço armado do Hamas, sem nenhuma base na realidade.

ISRAEL INCITA CONTRA JORNALISTAS

A Al Jazeera Media Network rejeitou a alegação e acusou Israel de realizar uma “campanha de incitação” contra seus jornalistas.

“A rede condena e denuncia veementemente esses esforços implacáveis, que têm consistentemente incitado a violência contra sua equipe desde o início da cobertura da guerra israelense em Gaza. A rede considera essa incitação uma tentativa perigosa de justificar a perseguição de seus jornalistas em campo”, afirmou a rede do Catar.

O Comitê para a Proteção de Jornalistas (CPJ) respondeu aos comentários de Adraee no mês passado, pedindo à comunidade internacional que protegesse Al-Sharif.

“Esta não é a primeira vez que Al-Sharif é alvo do exército israelense, mas o perigo à sua vida agora é agudo”, disse a diretora regional do CPJ, Sara Qudah, em um comunicado.

Em Israel, 50 jornalistas repudiaram a chacina, entre eles o jornalista Gideon Levi que afirmou: Al Sharif era o último jornalista sobrevivente na cidade de Gaza, por isso o mataram”.

Assassinato do “Pelé Palestino” por tropas fascistas de Israel gera protesto junto à UEFA

A estrela do futebol europeu, Mohamed Salah, atacante egípcio do Liverpool, criticou a postagem da UEFA (União das Associações Europeias de Futebol) que lamentou a morte do jogador, mas sem mencionar as condições em que Al-Obeid foi morto.

O ex-atacante da Seleção Palestina de futebol, Suleiman Al-Obeid, de 41 anos, apelidado de “Pelé Palestino”, foi assassinado pelas forças israelenses ao procurar comida para sua família.

Ele foi morto, na quarta-feira, 6, junto a outras pessoas que esperavam pela entrega de alimentos em um centro de distribuição de ajuda humanitária da GHF, no sul de Gaza, quando militares israelenses abriram fogo contra a multidão de famintos, comunicou a ‘Associação Palestina de Futebol’.

Al-Obeid era apelidado de “Pelé do futebol palestino”, ele também jogou no Al-Shati’a e representou a Seleção da Palestina 24 vezes, marcando 2 gols para seu time e em toda sua carreira de jogador, marcou mais de 100 gols. Ele era famoso entre os palestinos fãs de futebol.

“O antigo jogador da seleção nacional e estrela da equipe Khadamat al-Shati, Suleiman Al-Obeid, foi martirizado depois de as forças de ocupação terem atacado aqueles que esperavam por ajuda humanitária no sul da Faixa de Gaza na quarta-feira”, comunicou a APF.

Al-Obeid nasceu em 24 de março de 1984, na cidade de Gaza e deixa sua esposa, dois filhos e três filhas, disse a AFP.



Jogador da seleção palestina, Obeid, assassinado

PROTESTO À UEFA

A estrela do futebol europeu, Mohamed Salah, atacante egípcio do Liverpool, criticou a postagem da UEFA (União das Associações Europeias de Futebol) que lamentou a morte do jogador, mas sem mencionar as condições em que Al-Obeid foi morto.

“Adeus a Suleiman al-Obeid, o ‘Pelé palestino’. Um talento que deu esperança a inúmeras crianças, mesmo nos tempos mais sombrios”, disse a UEFA em postagem na rede social X.

“Você pode nos dizer como ele morreu, onde e por quê?”, rebateu Salah em uma postagem que atingiu mais de 840.000 interações. A recusa da UEFA em se quer mencionar o genocídio de Israel e as circunstâncias da morte de Al-Obeid atraiu mais de 9000 respostas e 26 milhões de visualizações.

Desde outubro de 2023, mais de 662 atletas palestinos foram mortos nos ataques de Israel. 321 trabalhavam com futebol, entre jogadores, técnicos, árbitros e administradores.

Designada como “aram-

Democracia socialista: 350 milhões de chineses debatem rumos do país para o 15º Plano Quinquenal

O presidente chinês, Xi Jinping, destacou a importância de estudar e incorporar as opiniões da população, enviadas online, para a formulação do 15º Plano Quinquenal, que traçará o curso do país de 2026 a 2030.

A declaração instruindo o governo e o Partido a “investigar ampla e profundamente as condições do povo, ouvir as vozes populares e reunir a sabedoria das massas para consolidar uma poderosa força conjunta que impulse a modernização no estilo chinês e concretizar continuamente os anseios do povo por uma vida melhor”, foi feita após uma campanha virtual que recebeu mais de 3.113.000 sugestões da população, entre os dias 20 de maio e 20 de junho. O número é três vezes maior que as sugestões feitas para o plano quinquenal anterior, marcando o aumento da participação popular na definição da política governamental.

O aplicativo “Estudo para o Fortalecimento da Nação” também foi uma das ferramentas utilizadas pelos cidadãos chineses para enviar suas sugestões. A plataforma foi criada em 2019 e reúne um acervo significativo de conteúdo gratuito, incluindo periódicos, clássicos antigos, música, filmes e livros, além de cursos online para membros do Partido, funcionários públicos e o público em geral. No ano passado, a plataforma contava com 345 milhões de usuários registrados e uma média de 700 milhões de acessos diários.

Xi, que também é secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC) e presidente da Comissão Militar Central, descreveu a campanha como um exemplo da “democracia popular em todo o processo”.

PRIORIDADES NACIONAIS

Originados com a fundação da República Popular da China em 1949, os planos quinquenais estabelecem as prioridades nacionais, particularmente em áreas como crescimento econômico, desenvolvimento industrial, educação e desenvolvimento social, e servem como diretrizes vinculativas para todos os governos locais, provinciais e regionais, traçando os objetivos estabelecidos pelo partido para os próximos cinco anos. 2025 é o último ano do 14º plano.

O 15º Plano Quinquenal, que cobrirá o período de 2026 a 2030, deverá se concentrar em melhorar a resiliência econômica, impulsionando as capacidades tecnológicas e de inovação da China, e será aprovado durante o plenário do Comitê Central do PCC, previsto para ocorrer no outono, ou seja, entre setembro e novembro próximos.

Observando que o público apresentou muitas opiniões e sugestões valiosas, Xi insistiu junto aos departamentos relevantes para que as estudem e as integrem cuidadosamente ao plano, que teve participação ativa e ampla cobertura, servindo como um exemplo vívido da democracia popular em todo o processo.

Universidades argentinas paralisam contra “perversos cortes” de Javier Milei

Em resposta à asfixia de recursos destinados pelo governo de Javier Milei ao ensino público, as 57 universidades nacionais argentinas paralisaram suas atividades de 11 a 16 de agosto para exigir respeito ao pleno funcionamento, ameaçado pelo torqu沿海 neoliberal, que não atinge só os salários dos funcionários, mas também as despesas operacionais e de pesquisa.

Conforme o reitor da Faculdade de Ciências Exatas da Universidade de Buenos Aires, Guillermo Durán, os sucessivos cortes no orçamento do ensino superior para fazer caixa ao estrangeiro são motivados única e exclusivamente por “questões ideológicas”. “Eles vão fazer com que comece a funcionar mal e depois terão uma justificativa para não financiá-lo; é perverso”, condenou.

O fato, denunciou o reitor, é que o governo Milei “decidiu desfinanciar tudo relacionado ao setor público e, em casos como o nosso, decidiu desfinanciar algo que estava funcionando bem”, tornando mais grave a situação.

O alerta de Durán encontra eco em am-

plos setores da sociedade, com os cortes drásticos nos gastos públicos provocando um tsunami de protestos de aposentados, professores e médicos.

A Confederação Nacional dos Professores Universitários (Conadu) reiterou a gravidade da situação e confirmou que a greve de professores e funcionários continuará com força. “Com trabalhadores abaixo da linha da pobreza, não há universidade possível”, afirmou a entidade, apontando a queda do poder de compra e o corte de recursos.

A Faculdade de Odontologia afirmou que os salários de funcionários e professores “foram cortados em 45%” e que “as despesas operacionais estão congeladas; com uma inflação anual de 100%, isso é muito complicado para nós”. Por sua vez, a Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo (Faduba) alertou que “Milei cortou os repasses para as universidades nacionais em 22,5% nos primeiros cinco meses de 2025” e que a diferença acumulada no poder de compra atingiu 91%, o equivalente a “quase sete salários a menos desde dezembro de 2023”.

Leia mais no site

Trump coloca Guarda Nacional para expulsar os sem-teto de Washington



Manifestantes na capital Washington exigem a saída de Donald Trump

Há 80 anos, EUA cometiam o mais hediondo de seus crimes de guerra: a bomba de Hiroshima

Nesta quarta-feira (6), o mundo comemorou os 80 anos do bombardeio de Hiroshima com bomba atômica pelos Estados Unidos, em que instantaneamente foram mortos entre 70 e 100 mil civis pelo impacto e radiação, e com o total de vítimas dobrando nos quatro meses seguintes, por causa de queimaduras, envenenamento radioativo e outras lesões.

Corpos dilacerados pela bomba em tenda improvisada após a explosão (Yotsugi Kawahara)

Autoridades, representantes do mundo inteiro e manifestantes realizaram um minuto de silêncio no Parque Memorial da Paz após o sino soar às 08h15 da manhã, hora local, momento em que o bombardeio norte-americano B-29 lançou sobre a cidade a bomba “Little Boy”. Três dias depois, seria a vez da destruição de Nagasaki com uma bomba de plutônio e entre 60 mil e 80 mil seres humanos assassinados.

Encabeçando a cerimônia, o prefeito de Hiroshima, Kazumi Matsui, acompanhado pelo primeiro-ministro japonês Shigeru Ishiba que, a exemplo dos seus predecessores, conseguiu a façanha de denunciar o ataque atômico contra Hiroshima sem nomear o país que o desencadeou, os EUA. Matsui apresentou a nova lista das vítimas do bombardeio atômico, agora em 349.246.

A cerimônia acontece três dias após o presidente Donald Trump se dizer “pronto” para uma guerra nuclear e anunciar ter enviado “dois submarinos” para as costas

Sheinbaum repudia ameaça de Trump de invadir o México sob pretexto de combater criminosos

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, rejeitou terminantemente qualquer permissão para que o governo dos Estados Unidos, a pretexto de combater os cartéis de drogas, invada o seu país. O presidente Trump instruiu secretamente o Pentágono para começar a usar a força militar no México contra essas “organizações terroristas” e, conforme reportagens obtidas pelo The New York Times, as autoridades estadunidenses já estariam delineando opções para o combate extraterritorial.

“Os Estados Unidos não virão ao México com as forças armadas; cooperamos, colaboramos, mas não haverá invasão, isso está descartado, absolutamente descartado e, além disso, já manifestamos isso em todas as chamadas: isso não é permitido e nem faz parte de nenhum acordo”, afirmou Sheinbaum, durante coletiva na sexta-feira (8).

Ao ser informada de que essa ordem executiva estava a caminho, a presidente mexicana foi enfática em esclarecer que “nada tem a ver com a participação de nenhum militar ou instituição em nosso território”. Na contramão, o embaixador dos Estados Unidos no México,



Crime norte-americano causou a morte cerca de 350 mil

da Rússia, e receber de Moscou o alerta de que “não há vencedores em uma guerra nuclear” e chamando todos a moderar a “retórica nuclear”.

Perto da Cúpula da Bomba Atômica – uma relíquia do assombroso crime de guerra – centenas de manifestantes se reuniram em Hiroshima para demonstrar sua oposição às armas nucleares e à “aliança de guerra” EUA-Japão.

Eles denunciaram o rearmamento japonês e os exercícios em grande escala EUA-Japão e repudiaram o assim chamado “compartilhamento nuclear”, que permitiria a Washington estacionar suas armas nucleares em Estados não nucleares.

Os manifestantes seguravam cartazes com os dizeres “A aliança Japão-EUA é uma aliança de guerra” e “Pare a guerra nuclear” e a polícia japonesa interveio para removê-los à força e realizar

prisões. Vídeos mostram a polícia agarrando manifestantes sentados no chão.

1º ATO DA GUERRA FRIA

Para historiadores, as bombas atômicas contra Hiroshima e Nagasaki foram o derradeiro ato da II Guerra Mundial e o primeiro ato da Guerra Fria, de ameaça à União Soviética. “Um ato de assassinato em massa premeditado usando uma arma de criminalidade intrínseca”, na expressão do laureado jornalista e cineasta australiano radicado no Reino Unido, John Pilger.

O sucessor de Roosevelt na presidência dos Estados Unidos, Harry S. Truman, autorizou o ataque a Hiroshima quando a guerra já se encaminhava para o seu final. A Alemanha nazista já havia se rendido às tropas soviéticas. A rendição do Japão era uma questão de dias. Não havia a necessidade de um bombardeio tão cruel sobre a população civil japonesa.

Leia a íntegra no site do HP



Presidente Claudia exige respeito à soberania do país

Ronald Johnson, emitiu uma declaração que, conforme o editorial do La Jornada, “dispara o alarme sobre até onde Trump e seus assessores estão dispostos a ir para transformar a crise de saúde pública que a sociedade americana enfrenta em uma guerra sem outro vencedor além do complexo militar-industrial da superpotência”.

É significativo, denunciou o jornal mexicano, que das 14 linhas que compõem seu texto em espanhol, Johnson tenha usado oito para defender a decisão de classificar seis organizações criminosas sediadas no México como “terroristas” (Sinaloa, Jalisco Nueva Generación (CJNG), Noreste, Golfo, Carteles

Unidos e Nueva Familia Mexicana).

“Isso constitui um absurdo semântico e jurídico, visto que o terrorismo usa a violência para promover uma agenda política e ideológica, enquanto os cartéis são entidades movidas pelo lucro, assim como as empresas farmacêuticas (made in USA) que causaram a epidemia de dependência de opioides como o fentanil, os fabricantes e distribuidores (dos EUA) das armas sem as quais os cartéis não existiriam, e os bancos (principalmente dos EUA) que lavam centenas de bilhões de dólares a cada ano com todos os tipos de atividades ilícitas.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Contra o pretexto de Trump de intervir na capital para combater a criminalidade, de acordo com os próprios números do FBI, os crimes violentos em Washington caíram para o menor nível em 30 anos

Através de ordem executiva e alegando “emergência” na ordem pública, o presidente Donald Trump interveio na segunda-feira (11) na capital do país, Washington, colocando a força policial sob controle federal e anunciando o envio de 800 integrantes da Guarda Nacional, para supostamente “conter o crime e as drogas” e deportar os sem-teto, com o chefe da Casa Branca ameaçando estender o abuso a outras cidades sob governo democrata, como Nova Iorque, Los Angeles e Chicago.

Diante da notícia, centenas de moradores da capital se postaram diante da Casa Branca com cartazes dizendo: “Não à Guarda Nacional”, “Não à Gestapo em DC” e “Fora Trump”, enquanto a prefeita Muriel Bowser, peremptória, afirmou que “não estamos vivenciando um aumento na criminalidade”.

“Algo está fora de controle, mas vamos controlá-lo muito rapidamente, assim como fizemos com a fronteira sul”, declarou Trump. “Estou anunciando medidas para resgatar a capital do nosso país do crime, do derramamento de sangue, do caos e da miséria. Este é o Dia da Libertação em Washington, D.C. Vamos retomar nossa capital.”

Nas eleições presidenciais de 2024, em Washington, cidade de maioria negra, Trump só teve 6,5% da votação. Em paralelo à intervenção na capital e ainda dentro do dito objetivo de embelezá-la, Trump ordenou a restauração da estátua do fundador da Ku Klux Klan e general confederado Albert Pike, que havia sido removida do pedestal durante o levante contra o assassinato de George Floyd em 2020. Restauração que visaria “embelezar” Washington.

O anúncio da intervenção foi feito com o presidente ladeado pela procuradora-geral Pam Bondi e por seu chefe do Pentágono, o tatuado ex-âncora da Fox Pete Hegseth, que na semana passada repercutiu postagem contra o voto feminino. O novo chefe da Agência de Repressão às Drogas (DEA), Terry Cole, assumiu a intervenção no comando da policial local.

Para o líder da minoria no Senado, Chuck Schumer, a intervenção não passa de uma “manobra política” e uma “tentativa de distração” dos “outros escândalos” do presidente, como os efeitos do tarifaço e o abafamento dos arquivos Epstein.

MENOR NÍVEL EM 30 ANOS

De acordo com os próprios números do FBI, a criminalidade violenta em Washington, em geral, caiu para o menor nível em 30 anos, após um forte aumento em 2023. De fato, a taxa de homicídios caiu 65% em comparação com 2023, e o número de roubos de carros caiu 75% no mesmo período.

Grupos como o Center for American Progress atribuíram o declínio às estratégias locais de aplicação da lei, bem como a “investimentos em prevenção ao crime e recursos como moradia, educação e apoio ao emprego”. Mas para Trump a capital de maioria negra encontra sob o poder de “criminosos sanguinários, gangues de jovens rebeldes, maníacos e moradores de rua”. Ele também prometeu prender todos os sem-teto que vivem nas ruas e deportá-los “para bem longe” da cidade.

Na coletiva de imprensa na Casa Branca, Trump

prometeu impunidade à polícia na ação contra os moradores e manifestantes. “Eles têm permissão para fazer o que bem entenderem.” Ele açulou que “se um criminoso cospe neles, a polícia deve bater neles, e bater com força”.

Ele também prometeu revogar as leis locais que permitem que réus sejam libertados sob fiança enquanto aguardam julgamento, bem como aquelas que tratam infratores menores de idade como menores de idade e não como adultos, como ele quer, sugerindo baixar para 14 anos a idade para condenação.

A guisa de justificativa para a intervenção, a Casa Branca divulgou imagens do ex-assessor do governo Trump, Edward Coristine — conhecido pelo apelido no Twitter, Big Balls —, que foi espancado em uma tentativa de sequestro de carro por duas meninas de 15 anos há algumas semanas. “Vamos nos livrar das favelas”, declarou Trump. “Queremos segurança nas ruas.”

INTERVENÇÃO ILEGAL

Pouco depois do anúncio de Trump, o procurador-geral de Washington, D.C., Brian Schwab, manifestou seu rechaço. “As ações do governo são sem precedentes, desnecessárias e ilegais”, declarou ele em um post no X.

“Não há emergência de crime no Distrito de Columbia. O crime violento em D.C. atingiu mínimos históricos de 30 anos no ano passado e caiu mais 26% até agora este ano”, ele acrescentou.

“Nenhum presidente fez isso antes”, disse Monica Hopkins, diretora executiva da filial de Washington da União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU, na sigla em inglês). “Isso deveria alarmar a todos”, disse ela, “não apenas em Washington.”

A mais antiga entidade norte-americana antirracismo, a Associação Americana para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP, na sigla em inglês), comparou o entusiasmo de Trump em implantar agora a Guarda Nacional em Washington com sua recusa em acioná-la quando seus apoiadores invadiram violentamente o prédio do Capitólio dos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021.

“Como um lembrete: o mesmo presidente que proclama que quer retomar nossa capital durante uma baixa taxa de criminalidade histórica de 30 anos não conseguiu encontrar a Guarda Nacional em 6 de janeiro”, escreveu a NAACP.

O líder dos direitos civis, Reverendo Al Sharpton, classificou a medida de Trump de “afronta final à justiça e aos direitos civis”.

“Donald Trump foi inspirado a tomar essa ação nojenta, perigosa e depreciativa apenas por interesse próprio”, disse Sharpton em um comunicado. “Vamos chamar a inspiração para este ataque a uma cidade de maioria negra pelo que é: outra tentativa de distrair sua base irritada e frustrada com o tratamento de seu governo dos arquivos de Epstein.”

Nas eleições presidenciais de 2024, em Washington, uma cidade de 700 mil habitantes, de maioria negra, Trump só teve 6,5% dos votos. O portal Político registrou que, apesar de todo o alarde a respeito, a captura emergencial do comando da polícia de Washington por Trump está limitada pela Home Rule Act de 1973, que define prazo de 30 dias, após os quais ele tem de buscar autorização do Congresso.

Leia mais no site do HP

A civilização brasileira vem da África

[O texto abaixo serviu de base ao autor para sua palestra no Congresso Nacional Afro-Brasileiro, no transcurso do aniversário de seu fundador, no dia 6 de agosto de 2025.]

CARLOS LOPES

Em memória do professor Eduardo de Oliveira

Devo, primeiramente, expressar minha honra pelo convite a falar nesta solenidade em homenagem ao nonagésimo nono aniversário do professor Eduardo de Oliveira, fundador da nossa entidade, o Congresso Nacional Afro-Brasileiro.

Eduardo de Oliveira foi um dos melhores – e, portanto, maiores – seres humanos que já existiram. Todos aqueles que o conheceram, e mesmo os que não o conheceram pessoalmente, mas travaram contato com a sua obra política, ideológica e literária, conseguiram iluminar-se com seu humanismo radical. Ele foi um dos grandes de nossa terra – e não estou exagerando ao dizer que ele foi um dos grandes do nosso mundo, um dos grandes da nossa época.

Pessoalmente, e agora estou falando para aqueles que não o conheceram, ele era de uma sensibilidade e de uma ternura espantosas, de tão grandes, em um homem que, desde o nascimento, sofreu tantas injustiças – e saiu delas sem ressentimento e sem qualquer traço de histeria. Era daqueles poucos homens em quem o amor supera todos os rancores.

Em algum lugar, nós o descrevemos como o grande poeta culto – e, realmente, ele era de uma vasta e sólida cultura. Não estou me referindo apenas à cultura universal, da qual ele era um evidente conhecedor. Lembro que, uma vez, depois de ler uma referência em Sílvio Romero, achei que descobrira a poesia de Luiz Gama. Ao referi-la ao professor, no entanto, descobri que ele já a conhecia de muito – e dava-lhe o justo valor.

Do ponto de vista estético, não por acaso, um crítico e intelectual da estatura de Tristão de Athayde equiparou-o, como poeta da negritude, a Aimé Césaire e a Léopold Senghor. Não se trata apenas de sua força literária, que o coloca no mesmo patamar do poeta martinicano e do poeta senegalês, pois não existe força literária ou estética “pura”, isenta de outras determinações, de caráter social.

Trata-se, portanto, também, da temática.

Aimé Césaire é autor, entre outras obras, de **Diário De Um Retorno ao País Natal** e de **Discurso Sobre O Colonialismo**. Sua luta contra o colonialismo está registrada em seu túmulo, no Pantheon, em Paris (os restos mortais de Césaire estão na Martinica, mas, em sua homenagem, há em Paris, no Pantheon, uma placa de mármore, onde está escrito: “incansável artesão da descolonização”).

Léopold Senghor foi o artífice da libertação do Senegal, que foi colônia francesa desde a primeira metade do século XIX até os anos 60 do século XX. Senghor foi, portanto, um dos líderes da descolonização africana. Como poeta, foi também notável, como mostra seu livro **Hóstias Negras**, escrito em um campo de concentração nazista, onde foi prisioneiro. Ou seu poema “Máscara negra”, dedicado a Pablo Picasso, artista que, desde o início do século XX, resgatou a arte africana.

Tanto Césaire quanto Senghor influenciaram Frantz Fanon, sobretudo na ideia de que a contradição entre negros e brancos era rudimentar e primitiva, devendo ser substituída pela questão nacional em cada país – questão que abarcava tanto negros quanto brancos.

Eduardo de Oliveira sempre foi admirador tanto de Césaire



quanto de Senghor. E seus versos são notáveis, como em “Banzo”, dedicado a Patrice Lumumba (“*Eu sei, eu sei que sou um pedaço d’África pendurado na noite do meu povo. / Trago em meu corpo a marca das chibatadas/ como rubros degraus feitos de carne/ pelos quais as carretas do progresso/ iam buscar as brenhas do futuro.*”).

Porém, aqui, o que queremos ressaltar é que todos esses três poetas foram, também, combatentes, políticos em seus países.

Sobre o nosso professor Eduardo, lembremos do nome da entidade que ele fundou: **Congresso Nacional Afro-Brasileiro**.

Ou seja, seu objetivo era recuperar o que havia de africano na **nacionalidade brasileira**. Ele não via sentido em reduzir a nossa nacionalidade – o Brasil, em suma – a uma derivação da África.

E tinha razão. Alguns estudiosos, há muito, tentaram encontrar, na África, uma manifestação que parece tão africana quanto a capoeira. Não conseguiram. A capoeira se formou no Brasil, entre os africanos e descendentes de africanos do Brasil, mas somente depois que estes africanos estavam aqui. Não veio transplantada da África.

Da mesma forma, a música popular – nossa música não existiria sem a contribuição africana, mas ela não é música africana. É música brasileira, que se formou através do amálgama das várias culturas que se fundiram para forjar a cultura brasileira. Aliás, foi um branco, influenciado pela cultura africana, Noel Rosa, que deu a forma final ao samba brasileiro. Mas poderíamos dizer a mesma coisa dos músicos negros ou mulatos – como Pixinguinha e Sinhô – que antecederam Noel. Eles são músicos brasileiros e sua música é brasileira – embora, não existiriam, nem a sua música, sem a raiz africana.

Um dos políticos brasileiros mais reacionários do século XIX, Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 1843, no Senado, pronunciou uma frase célebre: “a civilização vem da África”, ou, segundo outros, “a África civiliza”, ou, segundo um historiador, “a civilização do Brasil vem da Costa d’África” (cf. Octávio Tarquínio de Sousa, Bernardo Pereira de Vasconcelos, **História dos Fundadores do Império do Brasil**, vol. V, 2ª ed., LJO, 1957, p. 52).

O estranho na frase é que ele pretendia estar defendendo – e, realmente, estava defendendo – a escravidão. Queria dizer que, sem a escravidão, o Brasil não teria conseguido desenvolver a sua economia e não poderia continuar a desenvolvê-la. Portanto, segundo ele, um representante político direto dos senhores de escravos, era imperativo que a escravidão e o tráfico negreiro prosseguissem, provavelmente, pela eternidade. Nas palavras do historiador que citamos logo acima: “a vinda de negros escravos para o Brasil pareceria ao político realista uma necessidade imperiosa da colonização e do desenvolvimento do país” (idem).



“Navio negreiro”, tela de Johann Moritz Rugendas (1830)

No entanto, a frase de Bernardo Pereira de Vasconcelos adquiriu – e, quando ele a pronunciou, já tinha adquirido – outro significado.

Tomemos a obra do maior escritor brasileiro, Machado de Assis. Em 1880, ele publicou sua primeira grande obra, **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. O que é este romance (e chamamos o livro por esse nome, apesar das dúvidas de Capistrano de Abreu e do próprio Machado)? A história de um senhor de escravos, nascido ainda na época de D. João, morto aos 64 anos, que não faz absolutamente nada na vida, exceto prevaricar e amofinar alguns escravos. Brás Cubas considera normal o tráfico negreiro e a tortura de escravos por seu cunhado, Cotrim, além de usar um menino negro como cavalo e quebrar a cabeça de uma escrava que não lhe quis servir um doce. É, sob todos os aspectos, um monstro moral – mas um monstro que é o normal naquela sociedade monstruosa.

Omitimos aqui o próprio fato de que Machado, numa sociedade escravagista, não era branco. Mais importante é o retrato implacável que ele faz da escravidão. Porém, ambas as questões nos introduzem à formação do Brasil, que seria impossível sem os negros, sem os escravos, sem a mestiçagem, sem os negros e mulatos “livres” que se tornaram cada vez mais numerosos no correr do século XIX.

Não pretendemos relegar Machado de Assis, como alguns fizeram, à literatura “branca”, porque ele conhecia tão bem a literatura europeia. Pelo contrário, não vemos como ele poderia realizar a obra que realizou sem a sua raiz africana. Entretanto, essa raiz africana, por si só, não resultaria na sua obra, se não fosse o conteúdo nacional, brasileiro, que transborda de seus romances e contos.

Tomemos o seu poema “Sabina”, que está no volume **Americanas**. É a história de uma escrava, uma bela escrava, que se apaixonou por um senhor de escravos. A paixão é sem esperanças, pois a barreira de classe, que é ao mesmo tempo uma barreira de raça, é intransponível. Tomemos o seu conto “Mariana”, de 1871, em que a escrava, apaixonada pelo senhor, se suicida. Ou “Pai contra mãe”, de **Relíquias de Casa Velha** (1906). Ou “O caso da vara”, de **Páginas Recolhidas** (1899). Ou “O Espelho – esboço de uma nova teoria da alma humana”, de **Papéis Avulsos** (1882).

São alguns exemplos, mas poderíamos citar outros, em que a mescla africano-brasileira, em Machado, é evidente. Mas, invertamos a questão: seria possível a Machado

essas criações, assim como o conjunto de sua obra, se ele não fosse brasileiro?

É verdade, quanto às fontes ou influências de Brás Cubas, ele nos fala em “Sterne, Xavier de Maistre, Garret”. Mas nenhum desses três conseguiu algo como Machado – pois o ritmo africano, temperado com o passo brasileiro, só está presente neste último.

Mas deixemos, por um momento, o século XIX.

Já no século XVII, a resistência aos holandeses foi, em boa parte, sustentada pelos negros, que vinham da África ou eram descendentes de africanos. O próprio Henrique Dias – vencedor em Igarassu, Goiana, Porto Calvo e Guararapes – nasceu em Pernambuco, filho de escravos africanos que foram alforriados. Ele, aliás, não considerava Portugal, mas Pernambuco, como sua pátria.

Neste mesmo século, Gregório de Matos, poeta que era português de origem, cantou as damas mulatas da Bahia (por exemplo, em “Retrato de D. Brites”). Era o elemento africano que se acimatava racialmente ao Brasil – e, inclusive, fascinava o elemento branco, europeu.

Existe uma razoável literatura afirmando que durante o ciclo do ouro e dos diamantes – ou seja, em Minas Gerais no século XVIII – a maioria da população negra e mulata já era “livre”. Os exemplos mais proeminentes (inclusive os lendários, como Chica da Silva e Chico Rei) parecem testemunhar nesse sentido. Nós não sabemos, não temos certeza, por isso vamos nos abster de afirmações peremptórias sobre esse assunto.

Mas a **Conjuração Baiana** ou **Revolta dos Alfaiates**, no final do século XVIII, foi uma rebelião negra e mulata, principalmente, contra o domínio português, cuja primeira reivindicação era a Abolição da Escravatura. Quatro de seus líderes foram enforcados. Alguns outros levaram 500 chibatadas publicamente (!) e foram degredados para algo semelhante ao Inferno. Mas, para confirmar a nossa hipótese de que o elemento africano no Brasil se transformou em algo diferente do que era na África, um de seus principais participantes, o célebre Cipriano Barata, era branco (v. Luís Henrique Dias Tavares, **História da Sedição Intendida na Bahia em 1798**, Pioneira, 1975).

O abolicionismo, que foi a base do movimento social – portanto, da luta de classes – no Brasil do século XIX, tinha como conteúdo a formação de um povo único, ou seja, do povo brasileiro.

Eduardo das Neves, o famoso Crioulo Dudu, pai de Cândido das Neves, imortalizou

um poema de Castro Alves, “Lúcia”, a história de uma escrava contada pelo filho do senhor de escravos que brincava com ela quando menina. Mas isso foi depois da Abolição da Escravatura.

Porém, foi o próprio fundador do Estado Nacional brasileiro, José Bonifácio, que dirigiu à Assembleia Constituinte, em 1823, a sua **Representação Sobre a Escravatura**, onde diz que “me proponho mostrar a necessidade de abolir o tráfico da escravatura, de melhorar a sorte dos atuais cativos, e de promover a sua progressiva emancipação” (José Bonifácio, **Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura**, Typographia de Firmin Didot, Paris, 1825, pp. 5-6).

Ne o mesmo documento, escreve ele:

“Legisladores, não temais os urros do sórdido interesse: cumpre progredir sem pavor na carreira da justiça e da regeneração política (...). Se o antigo Despotismo foi insensível a tudo, assim lhe convinha ser por utilidade própria: **queria que fossemos um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade, e sem irmandade, para melhor nos escravizar. Graças aos Céus, e à nossa posição geográfica, já somos um povo livre e independente**” (grifo nosso).

Os motivos de José Bonifácio transparecem, não só aqui, mas em várias de suas anotações, além das considerações que faz nesta Representação. Por exemplo: “Nós não reconhecemos diferenças nem distinções na Família Humana: como brasileiros serão tratados por nós o China e o Luso, o Egípcio e o Haitiano, o adorador do sol e o de Mafoma.”

“Os escravos e as diferenças de cores também favorecem mais a democracia que a monarquia.”

“É de pasmar que aos mesmos reis portugueses, que tanto pugnaram pela liberdade dos índios, nada lhes importasse a dos pobres africanos.”

E, especificamente, sobre o aspecto racial:

“A cor negra do africano é franca; não envermelhece nem amarelece.”

(Todas as últimas citações são retiradas de **O Pensamento Vivo de José Bonifácio**, org. Octavio Tarquínio de Sousa, Livraria Martins, 1945.)

Reparemos que o centro do pensamento do Patriarca sobre a escravidão – ou, melhor, sobre a Abolição – era a formação de um povo único, era a formação do povo brasileiro.

Este centro era também o dos abolicionistas em geral – especialmente Luiz Gama, José

do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, para citar apenas quatro entre os mais proeminentes. Mas podemos estender essa característica a todos – veja-se, por exemplo, a poética de Castro Alves.

No entanto, formar um povo único, no Brasil, implicava, como ainda implica, na incorporação de aspectos africanos à nacionalidade. Não existe brasilidade sem africanidade – embora esta última tenha se modificado, ao se acimatar para formar a primeira.

A grande conquista desse movimento foi, evidentemente, a Abolição da Escravatura, da qual redundou, inclusive, a República. A questão, portanto, é como prosseguiu, após a Abolição, o desenvolvimento da nossa cultura, de nossa civilização.

Esse prosseguimento foi uma continuação do que aconteceu nos séculos anteriores, especialmente no século XIX. Em todos os acontecimentos políticos – dos primeiros governos republicanos até a Revolução de 30, passando pelas revoltas tenentistas – a massa que participou era mestiça, ou seja, incorporava o elemento africano.

Da mesma forma, no aspecto cultural, tanto na música quanto em outras manifestações que foram muito além do modernismo paulista – veja-se, por exemplo, as “Moças de Arcozelo”, obra de um pintor branco, Portinari, que prestou muita atenção à cultura negra.

O rompimento das cadeias da escravidão foi, também, a liberação do elemento africano para se fundir com a Nação – e formar, portanto, a cultura nacional. A escravidão era, portanto, um obstáculo à nossa civilização – ou seja, a uma civilização original, a uma civilização brasileira. Mas agora, após a Abolição, tínhamos afinal um povo único, não apenas, nem principalmente, porque todo ele era formalmente “livre”, formalmente “igual perante a lei”, apesar da desigualdade real que perpassava e ainda perpassa a nossa sociedade, mas, sobretudo, porque suas várias características – ou características de suas várias origens – formavam, afinal, um todo único.

Não é um caso singular na história. Como observaram vários pensadores, a democracia abre sempre a possibilidade de outro patamar no relacionamento entre as classes sociais. A originalidade do Brasil é que isso se deu com um elemento oriundo de outro continente – da África. E que todo o movimento democrático do século XIX haja transcorrido sob a bandeira do abolicionismo e da república.